



Relatório das ações

Secretaria de Comunicação Social

1. IDENTIDADE VISUAL

A Seção de Comunicação Institucional elaborou a identidade visual do evento e as peças de divulgação.

- Programação
- e-mail marketing
- Banners web
- Identidade visual
- Certificado
- Template PPT e Word

Portal CNJ:

A página do evento obteve 10.023 visualizações de 30 de junho (dia em que a página foi publicada) e 20 de agosto (dia de encerramento do evento)

« Todos Eventos

Este evento já passou

Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul

19 de agosto de 2021 - 08:30 - 20 de agosto de 2021 - 18:00 -03

Como ação integrante do projeto "Justiça Começa na Infância", fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e financiado com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul propiciará o diálogo entre pessoas e instituições responsáveis pela atenção à primeira infância dos estados da região Sul.

O Seminário será realizado nos dias **19 e 20 de agosto** e as inscrições estão abertas até o dia **18 de agosto de 2021**. [Inscreva-se aqui!](#)

O objetivo é sensibilizar profissionais do Sistema de Justiça e do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de todo o país sobre a importância da atuação integrada em prol da implementação do Marco Legal da Primeira Infância à luz da prioridade absoluta prevista no artigo 227 da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na abertura do encontro, será realizada Solenidade de Adesão ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, à qual serão convidadas todas as Tribunais de Justiça, Procuradorias Gerais, Defensorias Públicas, seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, Assembleias Legislativas, governos estaduais e prefeituras das capitais da região Sul, entre outras instituições indicadas que desenvolvam ações significativas em prol dos direitos da primeira infância.

Agenda CNJ

Campanhas

Eventos Realizados

Próximos Eventos



2. COBERTURA JORNALÍSTICA

Veículo: Portal CNJ

As matérias produzidas pela imprensa estão em nosso portal e podem ser conferidas nos links abaixo:

[Conselho apresenta iniciativas para população de rua em audiência pública](#)

[Primeira Infância: articulação em rede garante sucesso de práticas na Região Sul](#)

[Situações de estresse severo limitam o desenvolvimento cerebral na primeira infância](#)

[Em um sistema de Justiça humanizado, as crianças são protagonistas](#)

[Pacto Nacional pela Primeira Infância ganha novas adesões](#)



3. COBERTURA FOTOGRÁFICA



As fotos produzidas no evento estão no [flickr](#) oficial do CNJ e podem ser conferidas nos links abaixo, em cima das imagens:



FOTO: Ubirajara Machado | Agência CNJ



FOTO: G.Dettmar | Agência CNJ



4. REDES SOCIAIS



https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1410704765684621312

Impressões: 4.888

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1410976557586436097

Impressões: 4.312

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1412154316517888006

Impressões: 5.169



https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1412803597507600389

Impressões: 4.329

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1414222951549857794

Impressões: 4.969

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1414689773130854403

Impressões: 5.726

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1415028318739615747

Impressões: 6.114

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1415657401148006403

Impressões: 5.614

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1419749365049171970

Impressões: 8.626

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1420036259146354698

Impressões: 4.573

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1426267645549191168

Impressões: 13.691

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1426574339349041153

Impressões: 4.828



https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1426997123728297986

Impressões: 5.817

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1427345917598846988

Impressões: 14.164

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1427748524611891209

Impressões: 4.889

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1427993692028166147

Impressões: 4.373

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1428069186631200775

Impressões: 14.019



https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1426287312531513349

Impressões: 4.085



https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1426921630752591872

Impressões: 4.778



https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1428116746876108800

Impressões: 4.913



Cobertura da abertura – Dia 19 de agosto

 **CNJ** 
@CNJ_oficial

👤 **#AOVIVO** | Iniciamos a transmissão do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Sul. Acompanhe conosco a abertura pelo Youtube do @CNJ_oficial  bit.ly/PactoRegiaoSul



9:08 AM · 19 de ago de 2021 · Twitter Web App

|| Ver atividade do Tweet

10 Retweets 59 Curtidas

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1428328062576431108

Impressões da thread com 37 Tweets: 207.283

Seminário do Pacto Nacional pela
Primeira Infância

Região Sul

ON
LINE



“Ainda temos muito a avançar para que as crianças sejam reconhecidas como cidadãos”, afirma Fux
bit.ly/2UBCcsl #TáNoPortal



1:01 PM · 20 de ago de 2021 · Twitter Web App

||| Ver atividade do Tweet

1 Retweet 1 Tweet com comentário 12 Curtidas

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1428748912710520832

Impressões: 4.818

Seminário do Pacto Nacional pela
Primeira Infância

Região Sul

ON
LINE



CNJ
@CNJ_oficial



Pacto Nacional pela Primeira Infância ganha novas adesões bit.ly/3D3Gvyk #TáNoPortal



2:00 PM · 20 de ago de 2021 · Twitter Web App

||| Ver atividade do Tweet

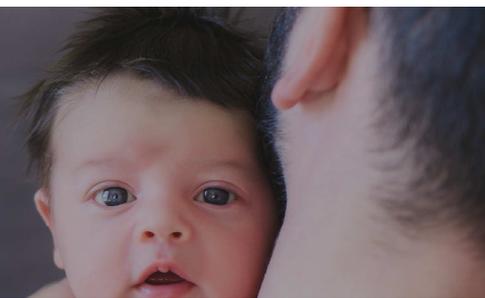
1 Retweet 10 Curtidas

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1428763767991672841

Impressões: 5.052

Seminário do Pacto Nacional pela
Primeira Infância

Região Sul



CNJ
@CNJ_oficial



Pesquisa mapeia produção científica sobre primeira infância no Brasil bit.ly/381fbT6 #TáNoPortal



Doutora Janaína Gomes

Coordenadora Sênior do Diagnóstico da Situação de Atenção às Crianças na Primeira Infância no Sistema de Justiça Brasileiro

6:00 PM · 20 de ago de 2021 · Twitter Web App

||| Ver atividade do Tweet

3 Retweets 9 Curtidas

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1428824158285176838

Impressões: 4.203



Em um sistema de Justiça humanizado, as crianças são protagonistas bit.ly/3j9kC8L #TáNoPortal



12:38 PM · 23 de ago de 2021 · Twitter Web App

|| Ver atividade do Tweet

1 Retweet 1 Tweet com comentário 10 Curtidas

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1429830287890989066

Impressões: 5.265



 **CNJ** 
@CNJ_oficial

Situações de estresse severo limitam o desenvolvimento cerebral na primeira infância
bit.ly/2UGISqF #TáNoPortal



1:43 PM · 23 de ago de 2021 · Twitter Web App

||| Ver atividade do Tweet

1 Retweet 8 Curtidas

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1429846645555044352

Impressões: 5.170



 **CNJ** 
@CNJ_oficial ...

Primeira Infância: articulação em rede garante sucesso de práticas na Região Sul bit.ly/3sD2lyu #TáNoPortal



CNJ **Mariza Abreu**
Consultora em Educação da Confederação Nacional dos Municípios
ALT

Interprete Rayssa Alencar

2:40 PM · 23 de ago de 2021 · Twitter Web App

||| Ver atividade do Tweet

2 Curtidas

https://twitter.com/CNJ_oficial/status/1429860990078767104

Impressões: 5.017



CNJ Conselho Nacional de Justiça (CNJ) 
Publicado por Juliana Freitas  · 1 de julho · 

🔥 O Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância chegou à Região Sul! Nos dias 19 e 20 de agosto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os signatários do Pacto realizarão, de forma on-line, o encontro que vai promover o diálogo entre os diversos atores responsáveis pela atenção à primeira infância nos estados da região sul. O objetivo do encontro é disseminar os avanços, conhecer a realidade local e sensibilizar os operadores do direito, equipes técnicas e toda rede de proteção, promoção e garantia de direitos na primeira infância para importância da implementação do Marco Legal da Primeira Infância. Na ocasião, serão celebradas adesões das instituições da Região Sul ao Pacto Nacional pela Primeira Infância

⚠️ Público-alvo do seminário: desembargadores, magistrados, procuradores, promotores de justiça, defensores públicos, advogados, equipes psicossociais-jurídicas, gestores das políticas públicas, parlamentares, servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, profissionais do Sistema de Garantia de Direitos e da sociedade civil da Região Sul e de todo Brasil- Conselhos Tutelares, Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, servidores das unidades de Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Cultura, Esporte, Saúde, Educação, Segurança Pública, empresários, entre outros.

📍 Saiba mais e inscreva-se: <https://bit.ly/SeminarioRegiaoSul>

Justiça começa na PRIMEIRA INFÂNCIA

Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância
Região Sul

Dias 19 e 20 de agosto
Inscrições abertas!

Seminário vai sensibilizar os operadores do direito em relação aos princípios e as diretrizes da legislação brasileira sobre infância

CNJ

28.163 Pessoas alcançadas 537 Engajamentos ↑ +1,3x em média Pontuação de distribuição **Turbinar publicação**

 130 10 comentários 105 compartilhamentos

<https://www.facebook.com/cnj.oficial/posts/5832649290141116>

Alcance: 28.163 pessoas



CNJ Conselho Nacional de Justiça (CNJ) 
Publicado por Juliana Freitas  · 13 de agosto às 18:30 · 

 O Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância chegou à Região Sul! Nos dias 19 e 20 de agosto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os signatários do Pacto realizarão, de forma on-line, o encontro que vai promover o diálogo entre os diversos atores responsáveis pela atenção à primeira infância nos estados da região sul. O objetivo do encontro é disseminar os avanços, conhecer a realidade local e sensibilizar os operadores do direito, equipes técnicas e toda rede de proteção, promoção e garantia de direitos na primeira infância para importância da implementação do Marco Legal da Primeira Infância. Na ocasião, serão celebradas adesões das instituições da Região Sul ao Pacto Nacional pela Primeira Infância

 Público-alvo do seminário: desembargadores, magistrados, procuradores, promotores de justiça, defensores públicos, advogados, equipes psicossociais-jurídicas, gestores das políticas públicas, parlamentares, servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, profissionais do Sistema de Garantia de Direitos e da sociedade civil da Região Sul e de todo Brasil- Conselhos Tutelares, Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, servidores das unidades de Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Cultura, Esporte, Saúde, Educação, Segurança Pública, empresários, entre outros.

 Saiba mais e inscreva-se: <https://bit.ly/SeminarioRegiaoSul>



7.741
Pessoas alcançadas

162
Engajamentos

[Turbinar publicação](#)

<https://www.facebook.com/cnj.official/posts/6044579385614771>

Alcance: 7.741 pessoas



INSTAGRAM

Justiça começa na PRIMEIRA INFÂNCIA

Seminário do Pacto Nacional pela **Primeira Infância**
Região Sul

Dias 19 e 20 de agosto
Inscrições abertas!

Seminário vai sensibilizar os operadores do direito em relação aos princípios e as diretrizes da legislação brasileira sobre infância

cnj_oficial O Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância chegou à Região Sul! Nos dias 19 e 20 de agosto, o @cnj_oficial e os signatários do Pacto realizarão, de forma on-line, o encontro que vai promover o diálogo entre os diversos atores responsáveis pela atenção à primeira infância nos estados da região sul. O objetivo do encontro é disseminar os avanços, conhecer a realidade local e sensibilizar os operadores do direito, equipes técnicas e toda rede de proteção, promoção e garantia de direitos na primeira infância para importância da implementação do Pacto Nacional pela Primeira Infância.

Ver insights

Curtido por tjacoficial e outras 670 pessoas

1 DE JULHO

Adicione um comentário... Publicar

<https://www.instagram.com/p/CQzIOJrJFRP/>

Impressões: 34.078



<https://www.instagram.com/p/CSh2aVYp2SB/>

Impressões:

Instagram Stories



LinkedIn

CNJ Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
83.052 seguidores
1 m • 🌐

🗣️ O Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância chegou à Região Sul! Nos dias 19 e 20 de agosto, o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e os signatários do Pacto realizarão, de forma on-line, o encontro ...ver mais

Justiça começa na PRIMEIRA INFÂNCIA

Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância
Região sul

Seminário vai sensibilizar os operadores do direito em relação aos princípios e as diretrizes da legislação brasileira sobre infância

Dias 19 e 20 de agosto
Inscrições abertas!

CNJ

👍 ❤️ 🌱 17

<https://www.linkedin.com/feed/update/urn:li:activity:6816461242505469952>

Impressões: 1.048



Seminário do Pacto Nacional pela
Primeira Infância

Região Sul

ON
LINE

 **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**
83.052 seguidores
1 sem • 

 O Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância chegou à Região Sul! Nos dias 19 e 20 de agosto, o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e os signatários do Pacto realizarão, de forma on-line, o encontro ...ver mais



 14

 Gostei  Comentar

<https://www.linkedin.com/feed/update/urn:li:activity:6832101323954024448>

Impressões: 1.561



Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul – 19 de agosto

Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul – 19 de agosto
 5,6 mil visualizações • Transmitido há 4 dias
 Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
 O Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância vai propiciar o diálogo entre os diversos atores responsáveis pela atenção ...
 Novo

<https://www.youtube.com/watch?v=f0mGnlZ9XJE>

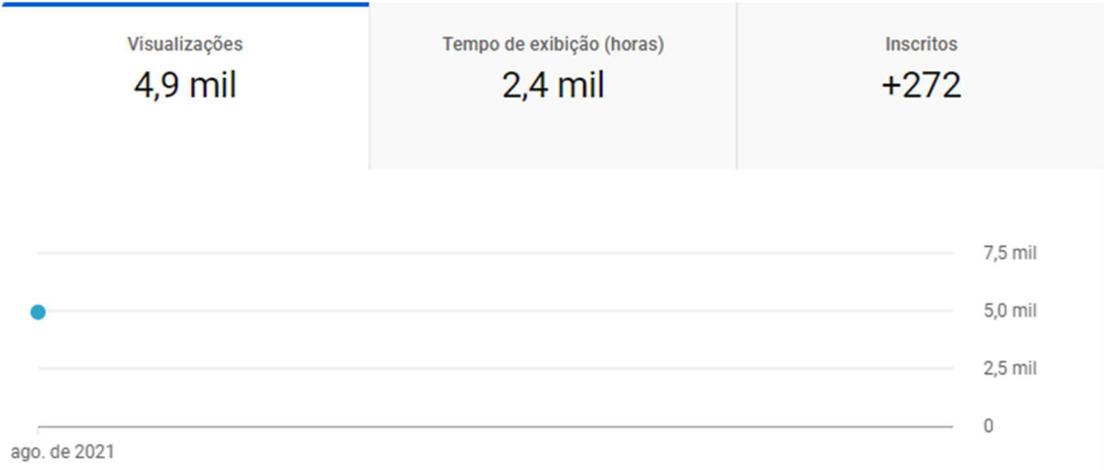


Número de visualizações pós evento:





Número de visualizações no dia da transmissão:



Número de visualizações pós evento:





Número de visualizações no dia da transmissão:

Visualizações	Tempo de exibição (horas)	Inscritos
796	60,6	+10



Workshop 1 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (19 de agosto)

Workshop 1 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (19 de agosto)
1,9 mil visualizações · Transmitido há 3 dias
Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
Workshop 1 - Planejamento familiar, pré-natal, parto e pós-parto: a importância do cuidado integral nos primeiros 1000 dias 0 ...
Novo

<https://www.youtube.com/watch?v=q6lc8M5aaUA>

Espectadores simultâneos

201

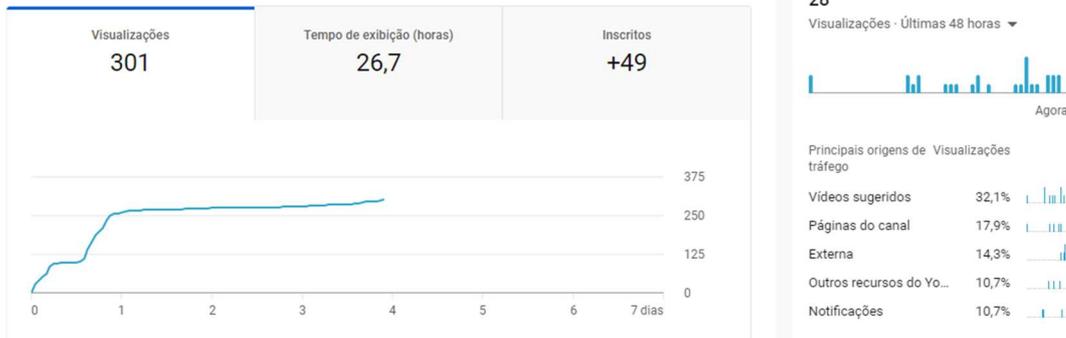
Durante a transmissão ao vivo

Pico de espectadores

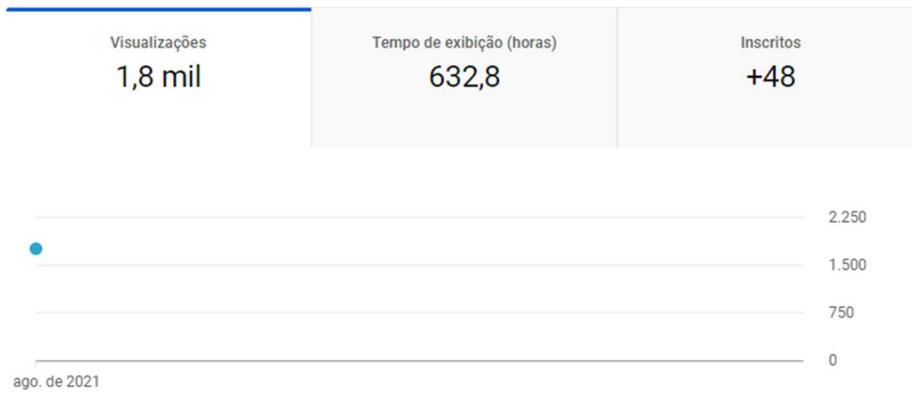




Número de visualizações pós evento:



Número de visualizações no dia da transmissão:



Workshop 2 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (19 de agosto)

Workshop 2 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (19 de agosto)
838 visualizações • Transmitido há 3 dias

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Workshop 2 - Reconhecimento da paternidade, enfrentamento do sub-registro de nascimento, desaparecimento e tráfico de ...

Novo

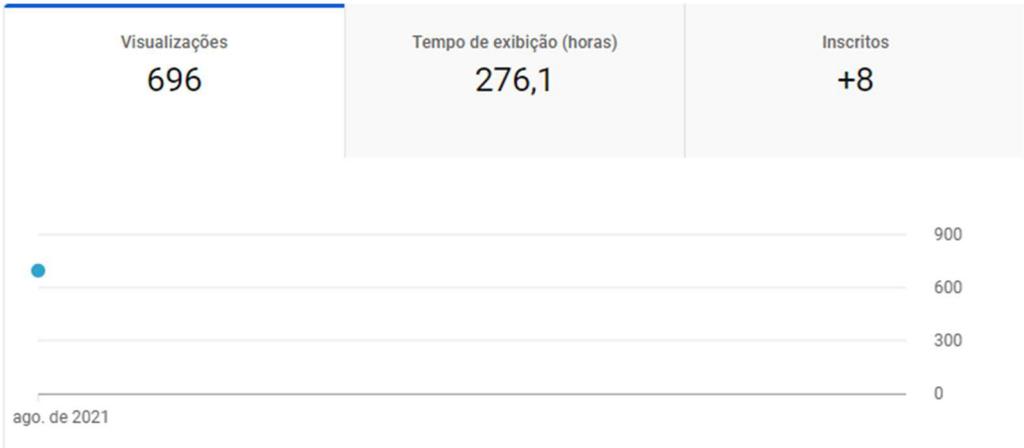
<https://www.youtube.com/watch?v=eE596pLGN5U>



Número de visualizações pós evento:



Número de visualizações no dia da transmissão:





Workshop 3 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (19 de agosto)

19 DE AGOSTO | WORKSHOP 3
Valorização da Parentalidade: apoio às famílias para formação e fortalecimento de vínculos na primeira infância

4:15:20

Workshop 3 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (19 de agosto)

1 mil visualizações · Transmitido há 3 dias

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Workshop 3 - Valorização da Parentalidade: apoio às famílias para formação e fortalecimento de vínculos na primeira infância 0 ...

Novo

<https://www.youtube.com/watch?v=GL&zHpL1jY0>

Espectadores simultâneos

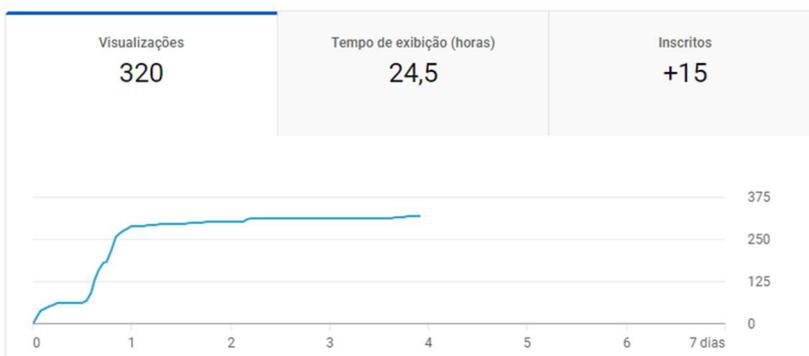
96

Durante a transmissão ao vivo

Pico de espectadores



Número de visualizações pós evento:



18

Visualizações · Últimas 48 horas

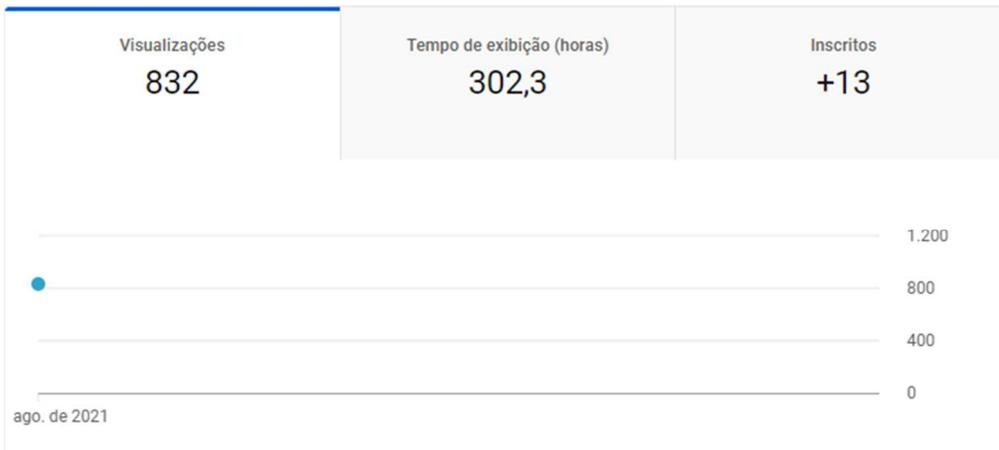


Principais origens de Visualizações tráfego

Origem	Porcentagem
Recursos de navegação	27,8%
Páginas do canal	22,2%
Externa	16,7%
Notificações	16,7%
Outros recursos do Yo...	11,1%



Número de visualizações no dia da transmissão:



Workshop 4 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (19 de agosto)

Workshop 4 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (19 de agosto)
1,3 mil visualizações · Transmitido há 3 dias
Conselho Nacional de Justiça (CNU)
Workshop 4 - Neurociência do desenvolvimento, saúde mental, inclusão e determinantes sociais da saúde na primeira infância O ...
Novo

<https://www.youtube.com/watch?v=YvAtOsjcRpY>

Espectadores simultâneos

122

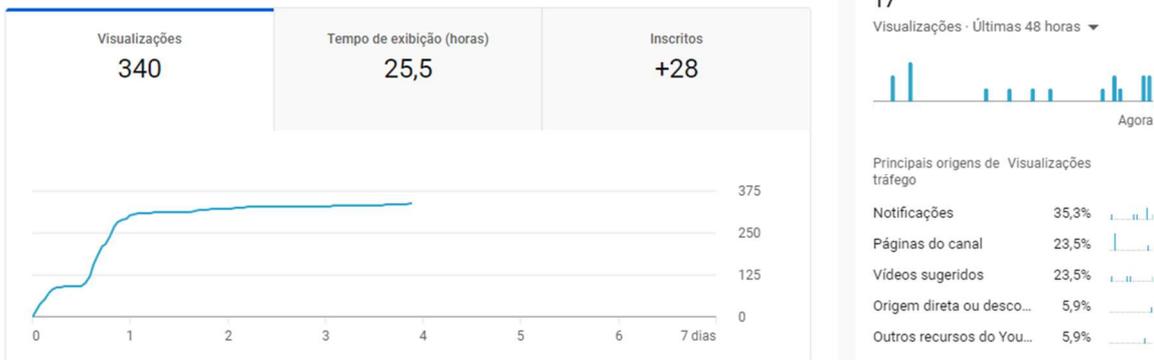
Durante a transmissão ao vivo

Pico de espectadores





Número de visualizações pós evento:



Número de visualizações no dia da transmissão:



Workshop 5 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (19 de agosto)

Workshop 5 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (19 de agosto)
 1 mil visualizações · Transmitido há 3 dias
 Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
 Workshop 5 - Educação na primeira infância e os desafios para ampliação do acesso com qualidade O workshop faz parte da ...
 Novo

<https://www.youtube.com/watch?v=6kP0FRFyYuo>

Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância

Região Sul

ON LINE

Espectadores simultâneos

94

Durante a transmissão ao vivo

Pico de espectadores



Número de visualizações pós evento:



12

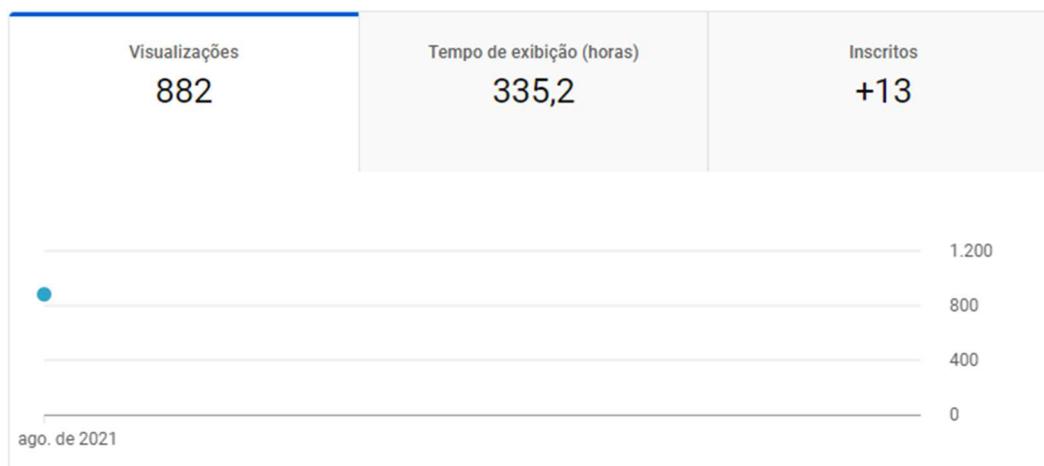
Visualizações · Últimas 48 horas



Principais origens de Visualizações tráfego

Origem	Porcentagem
Páginas do canal	25,0%
Externa	25,0%
Recursos de navegação	16,7%
Origem direta ou desco...	8,3%
Vídeos sugeridos	8,3%

Número de visualizações no dia da transmissão:





Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul – 20 de agosto

Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul – 20 de agosto
 2,6 mil visualizações · Transmitido há 3 dias
 Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
 O Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância vai propiciar o diálogo entre os diversos atores responsáveis pela atenção ...
 Novo

https://www.youtube.com/watch?v=tTyX_2GYkGw



Número de visualizações pós evento:





Número de visualizações no dia da transmissão:



Workshop 1 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (20 de agosto)

Workshop 1 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (20 de agosto)
583 visualizações • Transmitido há 2 dias
Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
Workshop 1 - Garantia do direito à convivência familiar entre filhos e pais privados de liberdade O workshop faz parte da ...
Novo

<https://www.youtube.com/watch?v=cjly2vrMi2M>

Espectadores simultâneos

Durante a transmissão ao vivo

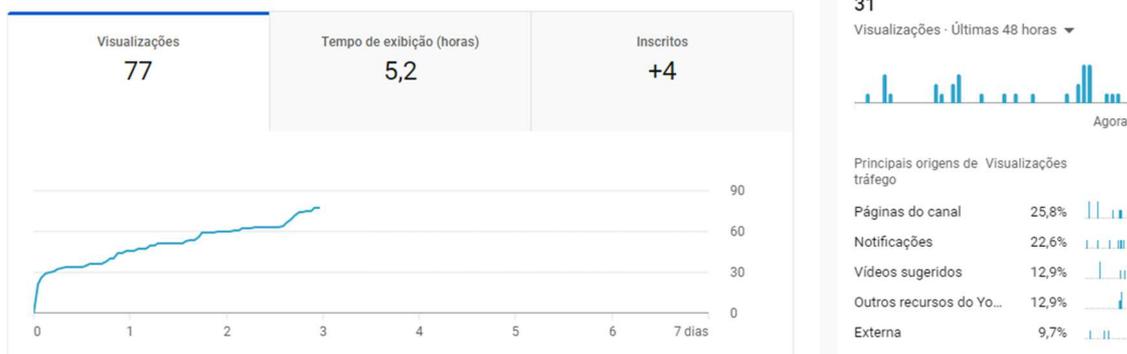
82

Pico de espectadores

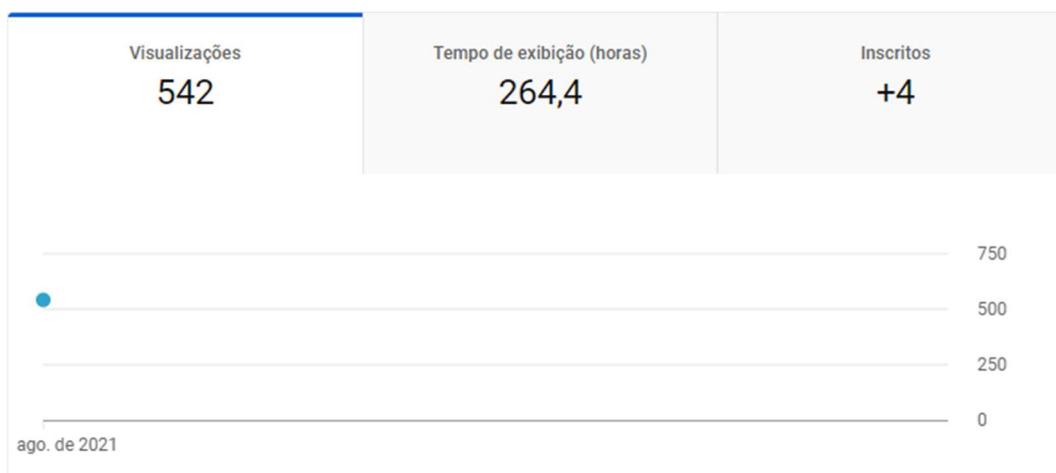




Número de visualizações pós evento:



Número de visualizações no dia da transmissão:



Workshop 2 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (20 de agosto)

<https://www.youtube.com/watch?v=9s960ukKZU8>



Espectadores simultâneos

Durante a transmissão ao vivo

132

Pico de espectadores



Número de visualizações pós evento:



84

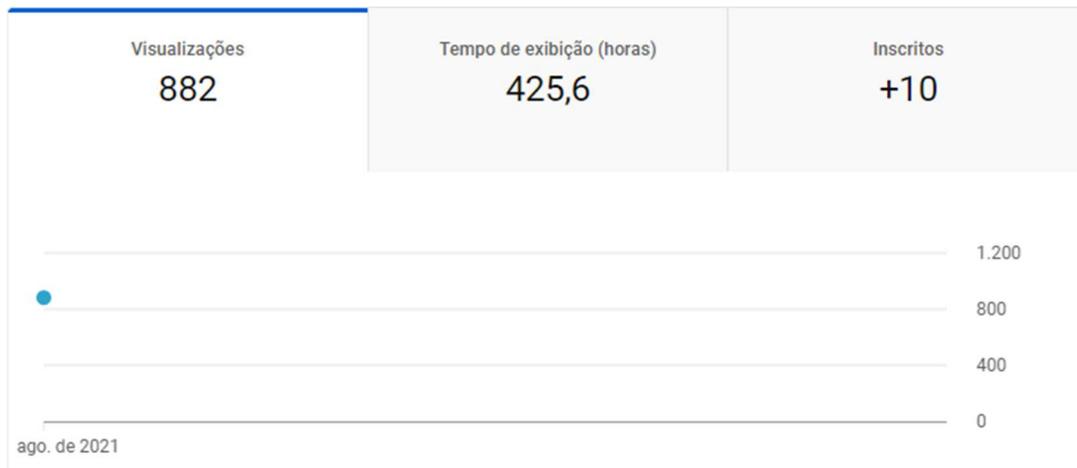
Visualizações · Últimas 48 horas



Principais origens de Visualizações tráfego

Vídeos sugeridos	34,5%
Notificações	26,2%
Páginas do canal	11,9%
Outros recursos do You...	7,1%
Externa	7,1%

Número de visualizações no dia da transmissão:





Workshop 3 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (20 de agosto)

30 DE AGOSTO WORKSHOP 3
Direito ao brincar, cultura e meio ambiente seguro e prevenção do trabalho infantil, da violência e de acidentes

4:22:25

Workshop 3 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (20 de agosto)

838 visualizações • Transmitido há 2 dias

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

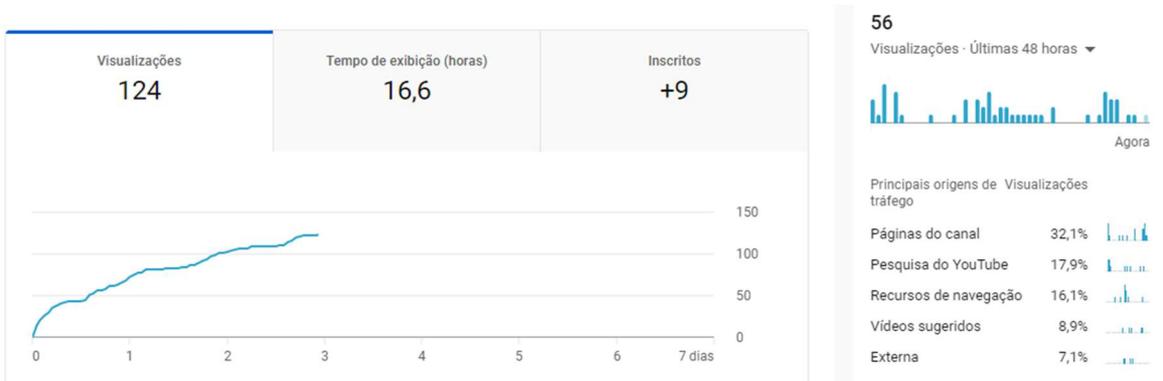
Workshop 3 - Direito ao brincar, cultura e meio ambiente seguro e prevenção do trabalho infantil, da violência e de acidentes 0 ...

Novo

<https://www.youtube.com/watch?v=Wkfg4TzMDzo>



Número de visualizações pós evento:





Número de visualizações no dia da transmissão:



Workshop 4 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (20 de agosto)

Workshop 4 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (20 de agosto)
494 visualizações · Transmitido há 2 dias

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Workshop 4 - Integração e sustentabilidade das políticas públicas para Primeira Infância: avanços e desafios O workshop faz ...

Novo

<https://www.youtube.com/watch?v=qmI9kUPThaA>

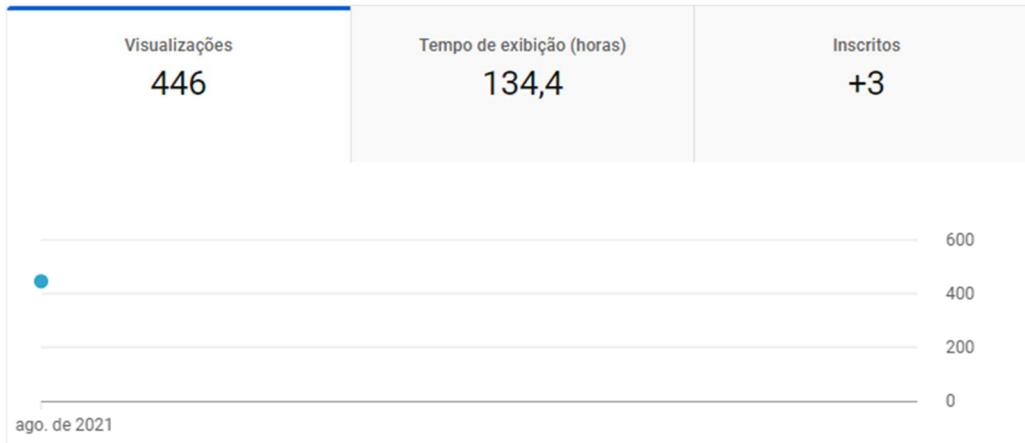




Número de visualizações pós evento:



Número de visualizações no dia da transmissão:



Workshop 5 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (20 de agosto)

Workshop 5 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sul (20 de agosto)

743 visualizações · Transmitido há 2 dias

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Workshop 5 - Primeira infância em tempos de Covid-19: perspectivas para proteção e promoção do desenvolvimento integral O ...

Novo

<https://www.youtube.com/watch?v=xh45Ql-gYWQ>



Espectadores simultâneos

74

Durante a transmissão ao vivo

Pico de espectadores



Número de visualizações pós evento:



49

Visualizações - Últimas 48 horas



Principais origens de Visualizações tráfego

Páginas do canal	22,4%
Externa	22,4%
Notificações	22,4%
Recursos de navegação	10,2%
Videos sugeridos	6,1%

Número de visualizações no dia da transmissão:





SUPERNOVA[®]

Seminário do Pacto Nacional pela Primeira

Infância – Região Sul

A Crítica de Campo Grande | Mato Grosso do Sul

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Covid-19 /

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes

Notícias - 19/08/2021

7

A Tarde Online | Bahia

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância

Notícias - 19/08/2021

8

Agência Brasil | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância

Notícias - 19/08/2021

10

Correio Braziliense Online | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura /

Investimento na primeira infância é "base para sociedade próspera", diz Fux

Notícias - 19/08/2021

12

Diário do Grande ABC ONLINE | São Paulo

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Covid-19 /

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes

Notícias - 19/08/2021

14

Época Negócios | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19 /

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes

Brasil - 19/08/2021

15

Folha de Pernambuco | Pernambuco

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância

Notícias - 19/08/2021

16

Gazeta Web | Alagoas

Judiciário - Socioeducativo, Judiciário - Covid-19, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura /

Toda a sociedade precisa proteger crianças e adolescentes, afirma Humberto Martins

Notícias - 22/08/2021

18

Isto é Dinheiro Online | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19 /

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes

Economia - 19/08/2021

20

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância

Giro - 19/08/2021

21

ISTOÉ | Nacional

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19 / 'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes Notícias - 19/08/2021	23
CNJ - Conselho Nacional de Justiça / Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância Notícias - 19/08/2021	24
O Dia RJ Online Rio de Janeiro CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19 / Guedes defende adoção do governo a pacto em favor da primeira infância Notícias - 19/08/2021	26
O Liberal - Belém (PA) Pará CNJ - Conselho Nacional de Justiça / Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância Notícias - 19/08/2021	27
O Liberal online - Americana (SP) São Paulo CNJ - Conselho Nacional de Justiça / 'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes Economia - 19/08/2021	29
R7 Notícias Nacional CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Covid-19 / Guedes defende 'compromisso' com as próximas gerações Notícias - 19/08/2021	30
Tribuna de Petropolis Rio de Janeiro CNJ - Conselho Nacional de Justiça / 'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes Notícias - 19/08/2021	31
UOL Nacional CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19 / 'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes Economia - 19/08/2021	32
CNJ - Conselho Nacional de Justiça / Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância Notícias - 19/08/2021	33
Bem Paraná Online Paraná CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19 / 'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes Notícias - 19/08/2021	35
Consultor Jurídico Nacional CNJ - Presidente do CNJ, Judiciário - Covid-19 / Agenda de seminários: acompanhe debates jurídicos na internet	36

Notícias - 18/08/2021

CNJ - Presidente do CNJ, Judiciário - Covid-19 /

Agenda de seminários: acompanhe debates jurídicos na internet 40

Notícias - 19/08/2021

Correio Popular | São Paulo

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes 44

Economia - 19/08/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância 45

Notícias - 19/08/2021

Diario de Pernambuco - Online | Pernambuco

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura /

Investimento na primeira infância é base para sociedade próspera, diz Fux 47

Brasil - 19/08/2021

Dourados Agora | São Paulo

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Pacto pela Primeira Infância ganha novas adesões 49

Notícias - 24/08/2021

Estado de Minas online | Minas Gerais

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Covid-19 /

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes 51

Notícias - 19/08/2021

Gaúcha ZH | Rio Grande do Sul

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19 /

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes 52

Economia - 19/08/2021

Jornal do Comércio - RS | Rio Grande do Sul

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19 /

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes 53

Governo Federal - 19/08/2021

Portal do Holanda | Amazonas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Covid-19 /

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes 54

Notícias - 19/08/2021

Portal Fator Brasil | Rio de Janeiro

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância 55

Notícias - 20/08/2021

STJ - Superior Tribunal de Justiça | Distrito Federal

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Presidente do STJ participa da abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Sul

57

Notícias - 16/08/2021

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Presidente do STJ: infância precisa de toda a sociedade

59

Notícias - 19/08/2021

CNT (SP) | São Paulo

CNJ - Conselho Nacional de Justiça /

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância

61

Notícias - 19/08/2021

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Paulo Guedes - (Foto: Gabriela Biló/Estadão)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira que a pandemia de **COVID-19** desnudou o déficit social e o vácuo político de ações na chamada primeira infância. Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

"Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter, acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer desavença entre contemporâneos", afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições

para que Estados e municípios possam executar de forma descentralizada as ações propostas com recursos da União.

"Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais", completou o ministro.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Covid-19

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Pacto visa reduzir a vulnerabilidade social das crianças |
Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom | Agência Brasil

O Ministério da Economia aderiu, nesta quinta-feira, 19, ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** que visa reduzir a vulnerabilidade social e garantir os direitos das crianças de zero a seis anos. O ato foi firmado em 25 de junho de 2019 entre o **CNJ** e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil e tem recebido mais adesões desde então.

'Uma nação é muito mais que só um compromisso entre os contemporâneos. Nós estamos sempre conversando com os governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, como a educação pode melhorar a produtividade e salários do trabalhador, mas temos que ter em mente um compromisso muito maior, que é o compromisso com as futuras gerações', disse o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A adesão da pasta aconteceu durante solenidade virtual de abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância da Região Sul. O encontro tem o

objetivo de promover o diálogo entre os responsáveis pela atenção à primeira infância nos estados da região e é ação integrante de um projeto coordenado pelo **CNJ** e financiado com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Esta edição completa o ciclo de seminários realizados nas cinco regiões do Brasil, que já alcançou a adesão ao pacto de 197 instituições do poder público, da sociedade civil organizada e do setor empresarial. No Sul, mais de 50 entidades regionais assumiram o compromisso, bem como, no âmbito nacional, o Ministério da Economia, a Procuradoria-Geral do Trabalho e a Associação Brasileira de Psiquiatria.

De acordo com Guedes, é tradição da literatura econômica mais avançada demonstrar que os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são os investimentos no desenvolvimento de infantil, 'promovendo justamente o melhor ambiente cognitivo, social, de afeto e de proteção nesses primeiros seis anos, que é de formação do indivíduo'.

Segundo o ministro, além da adesão da pasta ao pacto, também foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, nesta semana, um decreto que institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância, que prevê um conjunto de ações governamentais que devem ser implementadas por meio de políticas públicas articuladas e de forma integrada pelos órgãos federais responsáveis ou em parceria com a sociedade civil.

Dessa forma, segundo o Ministério da Economia, o decreto regulamenta artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e do Marco Legal da Primeira Infância, e viabiliza a priorização da agenda da primeira infância prevista no Plano Plurianual da União (PPA) 2020-2023. Segundo, Guedes, a agenda também será prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022.

Desde 2016, o Brasil tem em sua legislação o Marco Legal da Primeira Infância, um conjunto de princípios e diretrizes legais que garantem o atendimento às necessidades e peculiaridades do desenvolvimento de crianças até os seis anos de idade. 'Apesar de parecer óbvio, sabemos que ainda temos muito a avançar para que a criança seja de fato reconhecida como cidadão', disse o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **CNJ**, Luiz Fux, durante abertura do seminário.

Segundo ele, a razão para o estabelecimento do pacto é a congregação de diversos atores com o objetivo de fortalecerem sua atuação por meio do acesso às estratégias do marco legal.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Por Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil - Brasília

O Ministério da Economia aderiu, hoje (19), ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** que visa reduzir a vulnerabilidade social e garantir os direitos das crianças de zero a seis anos. O ato foi firmado em 25 de junho de 2019 entre o **CNJ** e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil e tem recebido mais adesões desde então.

'Uma nação é muito mais que só um compromisso entre os contemporâneos. Nós estamos sempre conversando com os governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, como a educação pode melhorar a produtividade e salários do trabalhador, mas temos que ter em mente um compromisso muito maior, que é o compromisso com as futuras gerações', disse o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A adesão da pasta aconteceu durante solenidade virtual de abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância da Região Sul. O encontro tem o

objetivo de promover o diálogo entre os responsáveis pela atenção à primeira infância nos estados da região e é ação integrante de um projeto coordenado pelo **CNJ** e financiado com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Esta edição completa o ciclo de seminários realizados nas cinco regiões do Brasil, que já alcançou a adesão ao pacto de 197 instituições do poder público, da sociedade civil organizada e do setor empresarial. No Sul, mais de 50 entidades regionais assumiram o compromisso, bem como, no âmbito nacional, o Ministério da Economia, a Procuradoria-Geral do Trabalho e a Associação Brasileira de Psiquiatria.

De acordo com Guedes, é tradição da literatura econômica mais avançada demonstrar que os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são os investimentos no desenvolvimento de infantil, 'promovendo justamente o melhor ambiente cognitivo, social, de afeto e de proteção nesses primeiros seis anos, que é de formação do indivíduo'.

Segundo o ministro, além da adesão da pasta ao pacto, também foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, nesta semana, um decreto que institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância, que prevê um conjunto de ações governamentais que devem ser implementadas por meio de políticas públicas articuladas e de forma integrada pelos órgãos federais responsáveis ou em parceria com a sociedade civil.

Dessa forma, segundo o Ministério da Economia, o decreto regulamenta artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e do Marco Legal da Primeira Infância, e viabiliza a priorização da agenda da primeira infância prevista no Plano Plurianual da União (PPA) 2020-2023. Segundo, Guedes, a agenda também será prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022.

Desde 2016, o Brasil tem em sua legislação o Marco Legal da Primeira Infância, um conjunto de princípios e diretrizes legais que garantem o atendimento às necessidades e peculiaridades do desenvolvimento de crianças até os seis anos de idade. 'Apesar de parecer óbvio, sabemos que ainda temos muito a avançar para que a criança seja de fato reconhecida como cidadão', disse o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **CNJ**, Luiz Fux, durante abertura do seminário.

Segundo ele, a razão para o estabelecimento do pacto é a congregação de diversos atores com o objetivo de fortalecerem sua atuação por meio do acesso às estratégias do marco legal.

Edição: Fernando Fraga

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Investimento na primeira infância é "base para sociedade próspera", diz Fux



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Ingrid Soares

Durante o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância Região Sul, coordenado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** nesta quinta-feira (19/8), o ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** destacou que o investimento do país na primeira infância é a base para uma sociedade mais próspera.

"Investir na primeira infância é a melhor estratégia para edificação de uma sociedade mais forte, próspera e saudável". "Apesar de ser algo que pareça óbvio, sabemos que ainda tem muito o que avançar para que a criança seja, de fato, reconhecida como cidadão, inclusive o direito de participar de decisões que lhe dizem respeito de acordo com a sua faixa etária. A concreta implementação dessa nossa legislação requer que atuamos juntos cada um conforme sua dimensão e competência. Essa é a razão pela qual estabelecemos o pacto nacional da primeira infância", completou.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu um compromisso com os menores e disse que essas ações terão prioridade no orçamento.

"Edmund Burke era um conservador inglês que há mais de dois séculos e meio dizia que uma nação é muito mais que um compromisso entre os contemporâneos. Nós estamos sempre conversando sobre com os governadores, sobre finanças, orçamento, produtividade, sobre como a educação pode melhorar a produtividade dos trabalhadores e os salários, mas temos que ter em mente um compromisso muito maior que é um compromisso com a as futuras gerações. E também de dar sequência às evoluções institucionais que nós conseguimos trazer de antes também. Então, na verdade, é um pacto entre gerações", defendeu, acrescentando que "os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são os investimentos de zero a seis anos".

Guedes citou quatro ações do governo em relação à área. A primeira, foi a inclusão, como prioridade no Plano Plurianual (PPA) de 2020 a 2023 da proteção à primeira infância, da orçamentação, da execução financeira e do acompanhamento da questão. A segunda, apontou, foi um decreto assinado nesta quarta-feira (18) pelo presidente Jair Bolsonaro no qual cria a agenda da primeira infância.

"E nós confiamos nos estados e nos municípios para essa agenda descentralizada de políticas públicas. No fundo, a execução é descentralizada, é mais Brasil, menos Brasília. O Brasil implementa e acompanha junto com a as organizações da sociedade civil para garantirmos um futuro melhor para as crianças brasileiras", continuou.

A terceira medida, destacou, é que a agenda será prioridade na lei de diretrizes orçamentárias de 2022. A última, foi o anúncio à Adesão ao Pacto Nacional pela Primeira Infância.

"Confio na nossa capacidade de coordenação, no nosso senso de prioridade, na nossa capacidade de execução do Estado brasileiro nos próximos anos. Isso é um esforço de uma ou duas gerações pelo menos. Não poderá ser descuidado jamais, mas precisamos de um esforço extra para fechar esse déficit social, esse enorme déficit social que pudemos constatar inclusive durante a pandemia dessa enorme desigualdade, falta de oportunidades e que tem as suas raízes na primeira infância nesse vácuo político de ação social na primeira infância. Uma criança com boa alimentação, com bom ambiente familiar e proteção, seguramente tem mais chances de ter uma vida melhor e desenvolver o potencial humano, toda a capacidade de aperfeiçoamento que cada um de nós tem. Estamos absolutamente comprometidos com isso", assegurou.

Meta

A ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, corregedora Nacional de Justiça, destacou que a grave realidade brasileira impõe ao sistema de justiça ações eficientes e céleres. "Posso afirmar que a Corregedoria Nacional continua empreendendo esforços em prol do bom desempenho da prestação jurisdicional com atenção especial à área da infância e juventude. Em junho, estabelecemos a meta para que as Corregedorias Gerais de Justiça em articulação com as presidências de seus tribunais, os cartórios de registro civil e os estabelecimentos de saúde locais implementam no prazo de 120 dias o início das operação de ao menos uma unidade interligada dos cartório de registro civil dentro de um estabelecimento de saúde em cada um dos 700 municípios brasileiros prioritários para erradicação do subregistro civil", explicou.

Tribunais de Justiça, Tribunais de Conta, Procuradorias Gerais, Defensorias Públicas, seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, Assembleias Legislativas, governos estaduais e prefeituras das capitais, assim como universidades, associações, institutos e federações da indústria da Região Sul também assinaram adesão ao Pacto, que reúne quase 200 instituições.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira que a pandemia de **COVID-19** desnudou o déficit social e o vácuo político de ações na chamada primeira infância. Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

"Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter, acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer desavença entre contemporâneos", afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

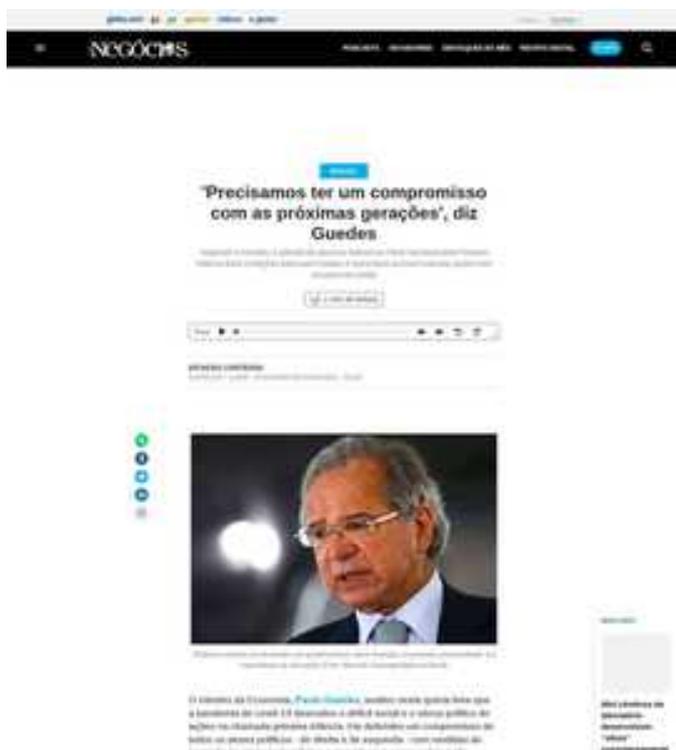
Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições para que Estados e municípios possam executar de forma descentralizada as ações propostas com recursos

da União.

"Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais", completou o ministro.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Covid-19

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

da União.

"Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais", completou o ministro.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira que a pandemia de **covid-19** desnudou o déficit social e o vácuo político de ações na chamada primeira infância. Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

"Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter, acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer desavença entre contemporâneos", afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições para que Estados e municípios possam executar de forma descentralizada as ações propostas com recursos

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância



Autor: Andreia Verdélio ? Repórter da Agência Brasil - Brasília

O Ministério da Economia aderiu, hoje (19), ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** que visa reduzir a vulnerabilidade social e garantir os direitos das crianças de zero a seis anos. O ato foi firmado em 25 de junho de 2019 entre o **CNJ** e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil e tem recebido mais adesões desde então.

'Uma nação é muito mais que só um compromisso entre os contemporâneos. Nós estamos sempre conversando com os governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, como a educação pode melhorar a produtividade e salários do trabalhador, mas temos que ter em mente um compromisso muito maior, que é o compromisso com as futuras gerações', disse o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A adesão da pasta aconteceu durante solenidade virtual de abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância da Região Sul. O encontro tem o

objetivo de promover o diálogo entre os responsáveis pela atenção à primeira infância nos estados da região e é ação integrante de um projeto coordenado pelo **CNJ** e financiado com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Esta edição completa o ciclo de seminários realizados nas cinco regiões do Brasil, que já alcançou a adesão ao pacto de 197 instituições do poder público, da sociedade civil organizada e do setor empresarial. No Sul, mais de 50 entidades regionais assumiram o compromisso, bem como, no âmbito nacional, o Ministério da Economia, a Procuradoria-Geral do Trabalho e a Associação Brasileira de Psiquiatria.

De acordo com Guedes, é tradição da literatura econômica mais avançada demonstrar que os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são os investimentos no desenvolvimento de infantil, 'promovendo justamente o melhor ambiente cognitivo, social, de afeto e de proteção nesses primeiros seis anos, que é de formação do indivíduo'.

Segundo o ministro, além da adesão da pasta ao pacto, também foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, nesta semana, um decreto que institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância, que prevê um conjunto de ações governamentais que devem ser implementadas por meio de políticas públicas articuladas e de forma integrada pelos órgãos federais responsáveis ou em parceria com a sociedade civil.

Dessa forma, segundo o Ministério da Economia, o decreto regulamenta artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e do Marco Legal da Primeira Infância, e viabiliza a priorização da agenda da primeira infância prevista no Plano Plurianual da União (PPA) 2020-2023. Segundo, Guedes, a agenda também será prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022.

Desde 2016, o Brasil tem em sua legislação o Marco Legal da Primeira Infância, um conjunto de princípios e diretrizes legais que garantem o atendimento às necessidades e peculiaridades do desenvolvimento de crianças até os seis anos de idade. 'Apesar de parecer óbvio, sabemos que ainda temos muito a avançar para que a criança seja de fato reconhecida como cidadão', disse o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **CNJ**, Luiz Fux, durante abertura do seminário.

Segundo ele, a razão para o estabelecimento do pacto é a congregação de diversos atores com o objetivo de fortalecerem sua atuação por meio do acesso às estratégias do marco legal.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Toda a sociedade precisa proteger crianças e adolescentes, afirma Humberto Martins



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Superior Tribunal de Justiça

"Todos nós precisamos estar conscientes de nosso papel individual e coletivo para resguardar e proteger nossos meninos e meninas, que são o futuro da nação", declarou nesta quinta-feira (19) o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministro Humberto Martins, durante a abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Sul.

O evento virtual é uma ação integrante do projeto Justiça Começa na Infância: Fortalecendo a atuação do sistema de Justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e financiado com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O objetivo é mobilizar profissionais das instituições judiciais e do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, em todo o país, para a

atuação integrada com vistas à implementação do Marco Legal da Primeira Infância.

De acordo com o presidente do STJ, estudos científicos apontam cada vez mais a necessidade de um cuidado maior com as condições de desenvolvimento das crianças durante os primeiros seis anos de vida.

"É nesse período da primeira infância - marcado por características e necessidades próprias do ser humano - que se formam as raízes da identidade, da personalidade e da estrutura psíquica daqueles que são as crianças de hoje e serão os adultos de amanhã", afirmou Humberto Martins.

Absoluta prioridade à infância e à juventude??de

Em seu pronunciamento, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Luiz Fux, ressaltou que a Constituição Federal estabelece que os direitos de crianças e adolescentes devem ser assegurados com absoluta prioridade.

Ele alertou que a pandemia da Covid-19 desafia a garantia dos direitos fundamentais da infância e da juventude.

"Milhares de crianças perderam o pai, a mãe, ou ambos, e ficaram afastadas da escola e da convivência comunitária, sendo expostas a situações de violência física e privação de direitos", disse Luiz Fux.

Por sua vez, a corregedora nacional de Justiça do CNJ, ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, destacou as ações da Corregedoria Nacional de Justiça em prol de crianças e adolescentes, como as iniciativas de erradicação do sub-registro, o aprimoramento das audiências concentradas no sistema **socioeducativo** e a regulamentação da autorização eletrônica de viagens de menores de 18 anos.

"Não há como pensar no aperfeiçoamento da atividade jurisdicional e na criação de políticas judiciárias sem manter os olhos atentos na primeira infância", observou **Maria Thereza de Assis Moura**.

Também presente à abertura, o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância. "Temos que colocar acima das disputas políticas o nosso compromisso com as crianças brasileiras", enfatizou.

Programação do evento

O seminário se estende até esta sexta-feira (20), com uma programação formada por painéis e workshops temáticos, e, ainda, a formalização do ingresso de mais de 50 novas instituições no Pacto Nacional pela Primeira Infância.

O evento encerra o ciclo de debates regionais sobre a primeira infância. Nas edições anteriores do seminário, o Pacto Nacional teve a adesão de 197 entidades que desenvolvem ações relacionadas aos direitos das crianças.?

Assuntos e Palavras-Chave: Judiciário - Socioeducativo, Judiciário - Covid-19, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Estadão Conteúdo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira que a pandemia de **COVID-19** desnudou o déficit social e o vácuo político de ações na chamada primeira infância. Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

'Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter, acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer desavença entre contemporâneos', afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições para que Estados e municípios possam executar de

foram descentralizada as ações propostas com recursos da União.

'Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais', completou o ministro.

Veja também

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Agência Brasil

O Ministério da Economia aderiu, hoje (19), ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** que visa reduzir a vulnerabilidade social e garantir os direitos das crianças de zero a seis anos. O ato foi firmado em 25 de junho de 2019 entre o **CNJ** e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil e tem recebido mais adesões desde então.

'Uma nação é muito mais que só um compromisso entre os contemporâneos. Nós estamos sempre conversando com os governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, como a educação pode melhorar a produtividade e salários do trabalhador, mas temos que ter em mente um compromisso muito maior, que é o compromisso com as futuras gerações', disse o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A adesão da pasta aconteceu durante solenidade virtual de abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância da Região Sul. O encontro tem o objetivo de promover o diálogo entre os responsáveis

pela atenção à primeira infância nos estados da região e é ação integrante de um projeto coordenado pelo **CNJ** e financiado com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Esta edição completa o ciclo de seminários realizados nas cinco regiões do Brasil, que já alcançou a adesão ao pacto de 197 instituições do poder público, da sociedade civil organizada e do setor empresarial. No Sul, mais de 50 entidades regionais assumiram o compromisso, bem como, no âmbito nacional, o Ministério da Economia, a Procuradoria-Geral do Trabalho e a Associação Brasileira de Psiquiatria.

De acordo com Guedes, é tradição da literatura econômica mais avançada demonstrar que os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são os investimentos no desenvolvimento de infantil, 'promovendo justamente o melhor ambiente cognitivo, social, de afeto e de proteção nesses primeiros seis anos, que é de formação do indivíduo'.

Segundo o ministro, além da adesão da pasta ao pacto, também foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, nesta semana, um decreto que institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância, que prevê um conjunto de ações governamentais que devem ser implementadas por meio de políticas públicas articuladas e de forma integrada pelos órgãos federais responsáveis ou em parceria com a sociedade civil.

Dessa forma, segundo o Ministério da Economia, o decreto regulamenta artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e do Marco Legal da Primeira Infância, e viabiliza a priorização da agenda da primeira infância prevista no Plano Plurianual da União (PPA) 2020-2023. Segundo, Guedes, a agenda também será prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022.

Desde 2016, o Brasil tem em sua legislação o Marco

Legal da Primeira Infância, um conjunto de princípios e diretrizes legais que garantem o atendimento às necessidades e peculiaridades do desenvolvimento de crianças até os seis anos de idade. 'Apesar de parecer óbvio, sabemos que ainda temos muito a avançar para que a criança seja de fato reconhecida como cidadão', disse o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **CNJ**, Luiz Fux, durante abertura do seminário.

Segundo ele, a razão para o estabelecimento do pacto é a congregação de diversos atores com o objetivo de fortalecerem sua atuação por meio do acesso às estratégias do marco legal.

Veja também

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

'Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais', completou o ministro.

Veja também

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira que a pandemia de **COVID-19** desnudou o déficit social e o vácuo político de ações na chamada primeira infância. Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

'Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter, acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer desavença entre contemporâneos', afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições para que Estados e municípios possam executar de forma descentralizada as ações propostas com recursos da União.

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Ministério da Economia aderiu, hoje (19), ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** que visa reduzir a vulnerabilidade social e garantir os direitos das crianças de zero a seis anos. O ato foi firmado em 25 de junho de 2019 entre o **CNJ** e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil e tem recebido mais adesões desde então.

'Uma nação é muito mais que só um compromisso entre os contemporâneos. Nós estamos sempre conversando com os governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, como a educação pode melhorar a produtividade e salários do trabalhador, mas temos que ter em mente um compromisso muito maior, que é o compromisso com as futuras gerações', disse o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A adesão da pasta aconteceu durante solenidade virtual de abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância da Região Sul. O encontro tem o objetivo de promover o diálogo entre os responsáveis pela atenção à primeira infância nos estados da região e é ação integrante de um projeto coordenado pelo **CNJ** e

financiado com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Esta edição completa o ciclo de seminários realizados nas cinco regiões do Brasil, que já alcançou a adesão ao pacto de 197 instituições do poder público, da sociedade civil organizada e do setor empresarial. No Sul, mais de 50 entidades regionais assumiram o compromisso, bem como, no âmbito nacional, o Ministério da Economia, a Procuradoria-Geral do Trabalho e a Associação Brasileira de Psiquiatria.

De acordo com Guedes, é tradição da literatura econômica mais avançada demonstrar que os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são os investimentos no desenvolvimento de infantil, 'promovendo justamente o melhor ambiente cognitivo, social, de afeto e de proteção nesses primeiros seis anos, que é de formação do indivíduo'.

Segundo o ministro, além da adesão da pasta ao pacto, também foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, nesta semana, um decreto que institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância, que prevê um conjunto de ações governamentais que devem ser implementadas por meio de políticas públicas articuladas e de forma integrada pelos órgãos federais responsáveis ou em parceria com a sociedade civil.

Dessa forma, segundo o Ministério da Economia, o decreto regulamenta artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e do Marco Legal da Primeira Infância, e viabiliza a priorização da agenda da primeira infância prevista no Plano Plurianual da União (PPA) 2020-2023. Segundo, Guedes, a agenda também será prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022.

Desde 2016, o Brasil tem em sua legislação o Marco Legal da Primeira Infância, um conjunto de princípios e diretrizes legais que garantem o atendimento às

necessidades e peculiaridades do desenvolvimento de crianças até os seis anos de idade. 'Apesar de parecer óbvio, sabemos que ainda temos muito a avançar para que a criança seja de fato reconhecida como cidadão', disse o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **CNJ**, Luiz Fux, durante abertura do seminário.

Segundo ele, a razão para o estabelecimento do pacto é a congregação de diversos atores com o objetivo de fortalecerem sua atuação por meio do acesso às estratégias do marco legal.

Veja também

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Guedes defende adoção do governo a pacto em favor da primeira infância



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: E Estadão Conteúdo

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', disse Guedes - Divulgação

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', disse Guedes Divulgação

Publicado 19/08/2021 11:10

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira, 19, que a pandemia de **covid-19** desnudou o déficit social e o vácuo político de ações na chamada primeira infância. Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

"Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter,

acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer desavença entre contemporâneos", afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Indicadas para você

Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições para que Estados e municípios possam executar de forma descentralizada as ações propostas com recursos da União.

"Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais", completou o ministro.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Agência Brasil

O Ministério da Economia aderiu, hoje (19), ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** que visa reduzir a vulnerabilidade social e garantir os direitos das crianças de zero a seis anos. O ato foi firmado em 25 de junho de 2019 entre o **CNJ** e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil e tem recebido mais adesões desde então.

'Uma nação é muito mais que só um compromisso entre os contemporâneos. Nós estamos sempre conversando com os governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, como a educação pode melhorar a produtividade e salários do trabalhador, mas temos que ter em mente um compromisso muito maior, que é o compromisso com as futuras gerações', disse o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A adesão da pasta aconteceu durante solenidade virtual de abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância da Região Sul. O encontro tem o objetivo de promover o diálogo entre os responsáveis

pela atenção à primeira infância nos estados da região e é ação integrante de um projeto coordenado pelo **CNJ** e financiado com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Esta edição completa o ciclo de seminários realizados nas cinco regiões do Brasil, que já alcançou a adesão ao pacto de 197 instituições do poder público, da sociedade civil organizada e do setor empresarial. No Sul, mais de 50 entidades regionais assumiram o compromisso, bem como, no âmbito nacional, o Ministério da Economia, a Procuradoria-Geral do Trabalho e a Associação Brasileira de Psiquiatria.

De acordo com Guedes, é tradição da literatura econômica mais avançada demonstrar que os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são os investimentos no desenvolvimento de infantil, 'promovendo justamente o melhor ambiente cognitivo, social, de afeto e de proteção nesses primeiros seis anos, que é de formação do indivíduo'.

Segundo o ministro, além da adesão da pasta ao pacto, também foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, nesta semana, um decreto que institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância, que prevê um conjunto de ações governamentais que devem ser implementadas por meio de políticas públicas articuladas e de forma integrada pelos órgãos federais responsáveis ou em parceria com a sociedade civil.

Dessa forma, segundo o Ministério da Economia, o decreto regulamenta artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e do Marco Legal da Primeira Infância, e viabiliza a priorização da agenda da primeira infância prevista no Plano Plurianual da União (PPA) 2020-2023. Segundo, Guedes, a agenda também será prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022.

Desde 2016, o Brasil tem em sua legislação o Marco

Legal da Primeira Infância, um conjunto de princípios e diretrizes legais que garantem o atendimento às necessidades e peculiaridades do desenvolvimento de crianças até os seis anos de idade. 'Apesar de parecer óbvio, sabemos que ainda temos muito a avançar para que a criança seja de fato reconhecida como cidadão', disse o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **CNJ**, Luiz Fux, durante abertura do seminário.

Segundo ele, a razão para o estabelecimento do pacto é a congregação de diversos atores com o objetivo de fortalecerem sua atuação por meio do acesso às estratégias do marco legal.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Por Agência Estado

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira que a pandemia de covid-19 desnudou o déficit social e o vácuo político de ações na chamada primeira infância. Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

'Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter, acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer desavença entre contemporâneos', afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições para que Estados e municípios possam executar de

foram descentralizada as ações propostas com recursos da União.

'Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais', completou o ministro.

paulo-guedes

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Guedes defende 'compromisso' com as próximas gerações



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira (19) que a pandemia de **COVID-19** desnudou o déficit social e o vácuo político de ações para a chamada primeira infância.

Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

"Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter, acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer desavença entre contemporâneos", afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo **CNJ (Conselho Nacional de Justiça)**.

Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições para que Estados e municípios possam executar de

foram descentralizada as ações propostas com recursos da União.

"Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais", completou o ministro.

Copyright © Estadão. Todos os direitos reservados.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Covid-19

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Eduardo Rodrigues / Estadão

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes

19/ago 10:50

image/svg+xml

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira que a pandemia de covid-19 desnudou o déficit social e o vácuo político de ações na chamada primeira infância. Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

'Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter, acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer

desavença entre contemporâneos', afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições para que Estados e municípios possam executar de forma descentralizada as ações propostas com recursos da União.

'Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais', completou o ministro.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Eduardo Rodrigues

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira que a pandemia de **COVID-19** desnudou o déficit social e o vácuo político de ações na chamada primeira infância. Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

"Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter, acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer desavença entre contemporâneos", afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições

para que Estados e municípios possam executar de forma descentralizada as ações propostas com recursos da União.

"Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais", completou o ministro.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Ministério da Economia aderiu, hoje (19), ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** que visa reduzir a vulnerabilidade social e garantir os direitos das crianças de zero a seis anos. O ato foi firmado em 25 de junho de 2019 entre o **CNJ** e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil e tem recebido mais adesões desde então.

"Uma nação é muito mais que só um compromisso entre os contemporâneos. Nós estamos sempre conversando com os governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, como a educação pode melhorar a produtividade e salários do trabalhador, mas temos que ter em mente um compromisso muito maior, que é o compromisso com as futuras gerações", disse o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A adesão da pasta aconteceu durante solenidade virtual de abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância da Região Sul. O encontro tem o objetivo de promover o diálogo entre os responsáveis pela atenção à primeira infância nos estados da região e é ação integrante de um projeto coordenado pelo **CNJ** e

financiado com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Esta edição completa o ciclo de seminários realizados nas cinco regiões do Brasil, que já alcançou a adesão ao pacto de 197 instituições do poder público, da sociedade civil organizada e do setor empresarial. No Sul, mais de 50 entidades regionais assumiram o compromisso, bem como, no âmbito nacional, o Ministério da Economia, a Procuradoria-Geral do Trabalho e a Associação Brasileira de Psiquiatria.

De acordo com Guedes, é tradição da literatura econômica mais avançada demonstrar que os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são os investimentos no desenvolvimento de infantil, "promovendo justamente o melhor ambiente cognitivo, social, de afeto e de proteção nesses primeiros seis anos, que é de formação do indivíduo".

Segundo o ministro, além da adesão da pasta ao pacto, também foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, nesta semana, um decreto que institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância, que prevê um conjunto de ações governamentais que devem ser implementadas por meio de políticas públicas articuladas e de forma integrada pelos órgãos federais responsáveis ou em parceria com a sociedade civil.

Dessa forma, segundo o Ministério da Economia, o decreto regulamenta artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e do Marco Legal da Primeira Infância, e viabiliza a priorização da agenda da primeira infância prevista no Plano Plurianual da União (PPA) 2020-2023. Segundo, Guedes, a agenda também será prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022.

Desde 2016, o Brasil tem em sua legislação o Marco Legal da Primeira Infância, um conjunto de princípios e diretrizes legais que garantem o atendimento às

necessidades e peculiaridades do desenvolvimento de crianças até os seis anos de idade. "Apesar de parecer óbvio, sabemos que ainda temos muito a avançar para que a criança seja de fato reconhecida como cidadão", disse o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **CNJ**, Luiz Fux, durante abertura do seminário.

Segundo ele, a razão para o estabelecimento do pacto é a congregação de diversos atores com o objetivo de fortalecerem sua atuação por meio do acesso às estratégias do marco legal.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Eduardo Rodrigues - Estadão Conteúdo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira que a pandemia de **COVID-19** desnudou o déficit social e o vácuo político de ações na chamada primeira infância. Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

"Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter, acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer desavença entre contemporâneos", afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições

para que Estados e municípios possam executar de forma descentralizada as ações propostas com recursos da União.

"Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais", completou o ministro.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19

Agenda de seminários: acompanhe debates jurídicos na internet



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafa Santos

Veja aqui os seminários jurídicos virtuais e gratuitos mais interessantes na rede. Os eventos são transmitidos ao vivo, mas podem ser vistos a qualquer tempo usando o mesmo link.

Desde o início da epidemia da Covid-19, acadêmicos do Direito e a Justiça em geral se reinventaram para manter os debates e a produtividade. Com isso, os eventos online tornaram-se uma nova realidade.

Abaixo, veja os seminários jurídicos virtuais e gratuitos mais interessantes dos próximos dias:

até 25/8

19h30 - 7º Congresso do Ministério Público Democrático - Programação do evento que marca os 30 anos da entidade reúne lives que acontecem às segundas e quartas até o dia 25 de agosto. Entre os temas abordados estão fake news e redes sociais, criminalidade e segurança pública, corrupção e o papel do Ministério Público na defesa da democracia. Clique

aqui para ver a programação e se inscrever.

até 30/8

19h - Mês da Advocacia na Aasp - A Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp) preparou uma programação especial em celebração ao "mês da advocacia". Ao longo do mês, estão programados mais de 20 eventos, em formato de webinar, lives, oficinas e mentorias, que vão discutir novidades tecnológicas, inovações, procedimentos e autogestão. Além disso, a Aasp vai estimular a reflexão em torno da importância da advocacia na sociedade atual. A proposta é trazer para toda a classe jurídica experiências baseadas na troca de conhecimentos para carreira e desenvolvimento pessoal, debatendo o que realmente influi na rotina da advocacia. Clique aqui para ver a programação e se inscrever.

até 18/8

10h - Iluminação pública - O Cescon Barrieu promove uma série de encontros que abordarão os principais aspectos jurídicos atuais do setor de iluminação pública. Clique aqui para se inscrever.

13/8, 17/8 e 20/8

13h - 1º seminário jurídico Praxi - O Cunha Pereira & Massara Advogados promove série de lives em celebração aos 20 anos do escritório. A ação será dividida entre os dias 13, 17 e 20 de agosto e contará com a presença de David França Ribeiro, advogado sócio na Kraft Advogados, Gustavo Ribeiro Rocha, professor e mestre em Direito Empresarial, Júlio César de P. G Baía, advogado, Laura F. D Tostes, mestre em Instituições Sociais e professora e assessora de desembargadora no TRF-3, Cristiana Fortini, advogada e professora da UFMG, e Milton Campos, vice-presidente do IBDA. Além dos convidados especiais, os bate-papos ainda terão a presença da jornalista Tábata Viapiana, da ConJur, que será mestre de cerimônia do evento, e dos advogados da banca Lucas Moreira Alcici,

Fernando Landim da Cunha Pereira, Raquel Madeira, Henrique Massara, Gabriel da Cunha Pereira e do sócio-fundador Fausto V. da Cunha Pereira, que participarão dos debates. Clique aqui para ver a programação e acompanhar.

17/8 e 18/8

9h - 11º Congresso de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo - A abertura, às 9 horas, será feita pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, e pelo presidente da Febraban, Isaac Sidney. Ricardo Liao, presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), dará sequência ao evento, abrindo os debates sobre "Avaliação Nacional de Riscos". Às 11h30 do dia 18/08, Pierpaolo Cruz Bottini, professor da USP e sócio-advogado no escritório Bottini e Tamasauskas, falará sobre "Os novos entrantes: riscos, oportunidades e assimetria regulatória em PLDFT". Clique aqui para acompanhar.

17/8 a 19/8

9h - AB2L: Congresso Jurídico Internacional promete 200 horas de conteúdo inovador - Serão três dias com os maiores profissionais compartilhando conhecimento e experiência, mostrando como inovar na prática para que você Advogado, estudante de Direito, Líder de Departamento Jurídico e Sócio de Escritório possa ter insights incríveis para transformar sua jornada jurídica. Serão 20 trilhas de conhecimento, 40 cases de sucesso, 200 palestras, 2 salas de mentoria e experimentação e 40 pitches de lawtechs e legaltechs. Clique aqui para se inscrever.

18/8

17h - Liberdade de Expressão vs. Direito de marcas - A live conta com a participação de Kone Cesário, professora de propriedade intelectual da academia do INPI, vice diretora da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ e autora da obra Proteção das Marcas Visualmente Perceptíveis; e do desembargador do TJ-RJ e professor André Gustavo Correia de Andrade,

autor da obra Liberdade de Expressão em Tempos de Cólera. Clique aqui para acompanhar.

17h - Marco Legal das Startups - O evento apresentará reflexões acerca da Lei Federal Complementar 182, de 1º de junho de 2021, conhecida como Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador. Entre outros aspectos, os palestrantes discutirão o tema a partir de perspectivas atuais, dos princípios e diretrizes que orientam medidas de fomento ao ambiente de negócios e que disciplinam a licitação e a contratação de soluções na promoção da produtividade e da competitividade do empreendedorismo inovador. Clique aqui para acompanhar.

18h - O juiz dos sonhos e a gestão na era digital - A Emerj recebe a ministra Fátima Nancy Andrihgi para a aula magna do segundo semestre de 2021. A diretora-geral da Escola, desembargadora Cristina Tereza Gaulia, abrirá o encontro e presidirá a mesa do evento. Participarão do encontro o desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo, presidente do Conselho Consultivo e do Fórum Permanente de Direito Civil professor Sylvio Capanema de Souza, e a desembargadora Patrícia Serra, presidente da Comissão Pedagógica de Ensino. Clique aqui para se inscrever.

19h30 - Amparo assistencial ao casal de idosos com 65 anos ou mais - O evento, com a participação de Eduardo Martins Gonçalves, é promovido pelo lies. Clique aqui para acompanhar.

18/8 e 19/8

8h30 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância (Região Sul) - O evento contará com a participação do **presidente do CNJ** e do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux; do presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Martins; e do procurador-geral da República, Augusto Aras, entre outras autoridades, além de reunir representantes dos três Poderes, tanto em âmbito federal, como local. Clique aqui para acompanhar.

19/8

9h - Propriedade intelectual e internet: A responsabilidade civil dos provedores de internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros - O Instituto Dannemann Siemsen (IDS) promove evento para debater um dos assuntos mais relevantes e também controversos da Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). Clique aqui para se inscrever.

10h - Como gerenciar uma crise envolvendo denúncia de Assédio Sexual? - Ancorado pelo especialista em Direito Trabalhista Dario Rabay, o evento vai contar com a participação da juíza titular da 14ª Vara do Trabalho do Fórum da Zona Sul, Soraya Lambert. Clique aqui para acompanhar.

11h - Fintechs: fusões e aquisições, responsabilização e regulamentação - Marcela Cavallo, Fernando Zilveti e Renato Borelli, especialistas da Zilveti Advogados, falam sobre questões regulatórias, a postura da CVM em face da assimetria das fintechs com relação aos bancos tradicionais, além das operações de fusões e aquisições dessas empresas, responsabilização e polêmicas que envolvem o setor, sob a ótica da jurisprudência. Clique aqui para se inscrever.

14h - Criptografia e Direito: uma Perspectiva Comparada - Evento promovido pela FGV-SP terá a moderação de João Pedro Favaretto Salvador, líder de projetos do CEPI da FGV Direito SP. Foram convidados para comentar a pesquisa Alexandre Pacheco da Silva, professor e coordenador do CEPI da FGV Direito SP; Nathalia Sautchuk Patrício, pesquisadora da Alexander von Humboldt Foundation; e Carlos Augusto Liguori Filho, doutor em Filosofia do Direito pela USP. Clique aqui para se inscrever.

19h30 - Duração razoável do processo, princípios do contraditório e ampla defesa - Este debate online com Renato de Mello Almada, sócio de Chiarottino e Nicoletti Advogados, integra a série promovida pelo lies. Clique aqui para assistir.

23/8

19h30 - Abordagem, em especial, dos procedimentos investigatórios criminais do MP - O seminário, com a participação de Carlos Fernando de Faria Kauffmann, é promovido pelo lies. Clique aqui para acompanhar.

24/8

19h30 - Responsabilidade civil por erro médico - Seminário conduzido pelo Nehemias Domingos de Melo integra a série de eventos online promovida pelo lies. Clique aqui para se inscrever.

25/8

19h30 - O Direito do Consumidor e a rotulagem dos alimentos - Seminário a cargo de Simone Magalhães encerra o "Mês Jurídico Faculdade lies". Clique aqui para acompanhar.

26/8

10h - Direito das pessoas com deficiência: acessibilidade, inclusão e quebra de barreiras - Evento promovido pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro contará com a participação do presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Lourival Almeida Trindade, e da desembargadora Jacqueline Lima Montenegro, presidente da Comissão de Desenvolvimento do Conhecimento Multidisciplinar da Emerj e mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Clique aqui para acompanhar.

27/8

8h30 - 1º Seminário sobre os poderes do juiz no processo civil da Aasp - José Carlos Puoli, sócio do escritório Duarte Garcia, Serra Netto e Terra, está entre os docentes do curso promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo. Ele será um dos debatedores no painel "Os poderes do juiz diante dos negócios jurídicos processuais", junto com Antonio do Passo Cabral, Francisco Eduardo Loureiro e Cláudia Aparecida Cimardi. Clique aqui para se inscrever.

Podcast

Conversa com o Judiciário - Uma em cada quatro mulheres brasileiras foi vítima de agressões em casa desde o início da epidemia, em março de 2020. Para falar sobre os diversos aspectos da violência doméstica, a promotora de Justiça Gabriela Manssur, especialista em defesa dos direitos da mulher, e a delegada de polícia Raquel Gallinati, autora de diversas obras sobre a questão da violência contra a mulher, conversam com o ministro do STJ Luis Felipe Salomão. Clique aqui para ouvir.

TMA Woman - Elas em Foco - Ana Carolina Monteiro, head de reestruturação e insolvência do Kincaid Mendes Vianna Advogados, participa do podcast com o tema "Insolvência Transnacional". O novo episódio também conta com a participação da advogada Sabrina Becue. Clique aqui para ouvir.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Presidente do CNJ, Judiciário - Covid-19

Agenda de seminários: acompanhe debates jurídicos na internet



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafa Santos

Veja aqui os seminários jurídicos virtuais e gratuitos mais interessantes na rede. Os eventos são transmitidos ao vivo, mas podem ser vistos a qualquer tempo usando o mesmo link.

Desde o início da epidemia da Covid-19, acadêmicos do Direito e a Justiça em geral se reinventaram para manter os debates e a produtividade. Com isso, os eventos online tornaram-se uma nova realidade.

Abaixo, veja os seminários jurídicos virtuais e gratuitos mais interessantes dos próximos dias:

19/8

8h30 - Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância (Região Sul) - O evento contará com a participação do **presidente do CNJ** e do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux; do presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Martins; e do procurador-geral da República, Augusto Aras, entre outras autoridades, além de reunir representantes dos

três Poderes, tanto em âmbito federal, como local. [Clique aqui para acompanhar.](#)

9h - AB2L: Congresso Jurídico Internacional promete 200 horas de conteúdo inovador - Serão três dias com os maiores profissionais compartilhando conhecimento e experiência, mostrando como inovar na prática para que você Advogado, estudante de Direito, Líder de Departamento Jurídico e Sócio de Escritório possa ter insights incríveis para transformar sua jornada jurídica. Serão 20 trilhas de conhecimento, 40 cases de sucesso, 200 palestras, 2 salas de mentoria e experimentação e 40 pitches de lawtechs e legaltechs. [Clique aqui para se inscrever.](#)

9h - Propriedade intelectual e internet: A responsabilidade civil dos provedores de internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros - O Instituto Dannemann Siemsen (IDS) promove evento para debater um dos assuntos mais relevantes e também controversos da Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). [Clique aqui para se inscrever.](#)

10h - Como gerenciar uma crise envolvendo denúncia de Assédio Sexual? - Ancorado pelo especialista em Direito Trabalhista Dario Rabay, o evento vai contar com a participação da juíza titular da 14ª Vara do Trabalho do Fórum da Zona Sul, Soraya Lambert. [Clique aqui para acompanhar.](#)

10h - Maratona Digital - O advogado Mauricio Corrêa da Veiga, sócio fundador do escritório Corrêa da Veiga Advogados, participará de evento promovido pela OAB-SC. Ele irá fazer uma palestra sobre o tema "A transformação da advocacia e os novos rumos da democracia". [Clique aqui para se inscrever.](#)

11h - Fintechs: fusões e aquisições, responsabilização e regulamentação - Marcela Cavallo, Fernando Zilveti e Renato Borelli, especialistas da Zilveti Advogados, falam sobre questões regulatórias, a postura da CVM em face da assimetria das fintechs com relação aos bancos tradicionais, além das operações de fusões e aquisições

dessas empresas, responsabilização e polêmicas que envolvem o setor, sob a ótica da jurisprudência. Clique aqui para se inscrever.

14h - Criptografia e Direito: uma Perspectiva Comparada - Evento promovido pela FGV-SP terá a moderação de João Pedro Favaretto Salvador, líder de projetos do CEPI da FGV Direito SP. Foram convidados para comentar a pesquisa Alexandre Pacheco da Silva, professor e coordenador do CEPI da FGV Direito SP; Nathalia Sautchuk Patrício, pesquisadora da Alexander von Humboldt Foundation; e Carlos Augusto Liguori Filho, doutor em Filosofia do Direito pela USP. Clique aqui para se inscrever.

19h30 - Duração razoável do processo, princípios do contraditório e ampla defesa - Este debate online com Renato de Mello Almada, sócio de Chiarottino e Nicoletti Advogados, integra a série promovida pelo lies. Clique aqui para assistir.

20h30 - Prazer, Karnal - O professor e historiador Leandro Karnal recebe, em seu canal no YouTube, o também professor, escritor e advogado Adilson Moreira. Mestre pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e doutor pela Harvard, nos Estados Unidos, Moreira propõe importantes reflexões sobre a pauta antirracista, as desigualdades sociais e como tornar o assunto uma prioridade nas instituições públicas e privadas. Além disso, Adilson dá uma aula sobre o Direito antidiscriminatório, campo do Direito que visa diminuir as disparidades entre grupos sociais. Clique aqui para assistir.

até 25/8

19h30 - 7º Congresso do Ministério Público Democrático - Programação do evento que marca os 30 anos da entidade reúne lives que acontecem às segundas e quartas até o dia 25 de agosto. Entre os temas abordados estão fake news e redes sociais, criminalidade e segurança pública, corrupção e o papel do Ministério Público na defesa da democracia. Clique aqui para ver a programação e se inscrever.

até 30/8

19h - Mês da Advocacia na Aasp - A Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp) preparou uma programação especial em celebração ao "mês da advocacia". Ao longo do mês, estão programados mais de 20 eventos, em formato de webinar, lives, oficinas e mentorias, que vão discutir novidades tecnológicas, inovações, procedimentos e autogestão. Além disso, a Aasp vai estimular a reflexão em torno da importância da advocacia na sociedade atual. A proposta é trazer para toda a classe jurídica experiências baseadas na troca de conhecimentos para carreira e desenvolvimento pessoal, debatendo o que realmente influi na rotina da advocacia. Clique aqui para ver a programação e se inscrever.

20/8

13h - 1º seminário jurídico Praxi - O Cunha Pereira & Massara Advogados promove série de lives em celebração aos 20 anos do escritório. A ação será dividida entre os dias 13, 17 e 20 de agosto e contará com a presença de David França Ribeiro, advogado sócio na Kraft Advogados, Gustavo Ribeiro Rocha, professor e mestre em Direito Empresarial, Júlio César de P. G Baía, advogado, Laura F. D Tostes, mestre em Instituições Sociais e professora e assessora de desembargadora no TRF-3, Cristiana Fortini, advogada e professora da UFMG, e Milton Campos, vice-presidente do IBDA. Além dos convidados especiais, os bate-papos ainda terão a presença da jornalista Tábata Viapiana, da ConJur, que será mestre de cerimônia do evento, e dos advogados da banca Lucas Moreira Alcici, Fernando Landim da Cunha Pereira, Raquel Madeira, Henrique Massara, Gabriel da Cunha Pereira e do sócio-fundador Fausto V. da Cunha Pereira, que participarão dos debates. Clique aqui para ver a programação e acompanhar. 23/8 a 24/8

14h - Convenção Secovi 2021 - O mercado imobiliário em debate - O advogado Marcelo Terra, sócio fundador do escritório Duarte Garcia, Serra Netto e Terra, será o mediador do painel "30 Anos Código de Defesa do Consumidor", que acontece no dia 24 de agosto, das

16h10 às 16h55, e debaterá a curva de aprendizado e o papel do Procon na construção de relacionamentos cada vez mais autorregulamentados entre consumidores e mercado imobiliário. O evento online será realizado de 23 a 24 de agosto de 2021, das 14 às 18 horas. Clique aqui para se inscrever.

23/8

17h - 7ª edição do programa Jovens talentos - Evento promovido pelo escritório Mattos Filho irá sanar dúvidas sobre o programa de estágio. Participará do encontro o sócio Thiago Sombra para explicar as etapas do programa, compartilhar experiências sobre o mercado jurídico e esclarecer dúvidas dos estudantes. Clique aqui para se inscrever.

19h - Novidades tecnológicas, legislativas, procedimentais e auto-gestão. Lei Geral de Proteção de Dados (aspectos da lei) - Os temas e expositores serão: Aspectos práticos da implementação da LGPD nas empresas, com Luiza Sato; Arbitragem Área de Tecnologia e Direito Comercial, com Adriane Nakagawa Baptista; Lei Geral de Proteção de Dados, com Danilo Doneda e Leonardo Guerzoni Furtado de Oliveira (moderador). O encontro faz parte das atividades do Mês da Advocacia Aasp. Clique aqui para se inscrever.

19h30 - Abordagem, em especial, dos procedimentos investigatórios criminais do MP - O seminário, com a participação de Carlos Fernando de Faria Kauffmann, é promovido pelo lies. Clique aqui para acompanhar.

24/8

19h30 - Responsabilidade civil por erro médico - Seminário conduzido pelo Nehemias Domingos de Melo integra a série de eventos online promovida pelo lies. Clique aqui para se inscrever.

25/8

19h30 - O Direito do Consumidor e a rotulagem dos alimentos - Seminário a cargo de Simone Magalhães encerra o "Mês Jurídico Faculdade lies". Clique aqui

para acompanhar.

26/8

10h - Direito das pessoas com deficiência: acessibilidade, inclusão e quebra de barreiras - Evento promovido pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro contará com a participação do presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Lourival Almeida Trindade, e da desembargadora Jacqueline Lima Montenegro, presidente da Comissão de Desenvolvimento do Conhecimento Multidisciplinar da Emerj e mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Clique aqui para acompanhar.

27/8

8h30 - 1º Seminário sobre os poderes do juiz no processo civil da Aasp - José Carlos Puoli, sócio do escritório Duarte Garcia, Serra Netto e Terra, está entre os docentes do curso promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo. Ele será um dos debatedores no painel "Os poderes do juiz diante dos negócios jurídicos processuais", junto com Antonio do Passo Cabral, Francisco Eduardo Loureiro e Cláudia Aparecida Cimardi. Clique aqui para se inscrever.

Podcast

Conversa com o Judiciário - Uma em cada quatro mulheres brasileiras foi vítima de agressões em casa desde o início da epidemia, em março de 2020. Para falar sobre os diversos aspectos da violência doméstica, a promotora de Justiça Gabriela Manssur, especialista em defesa dos direitos da mulher, e a delegada de polícia Raquel Gallinati, autora de diversas obras sobre a questão da violência contra a mulher, conversam com o ministro do STJ Luis Felipe Salomão. Clique aqui para ouvir.

TMA Woman - Elas em Foco - Ana Carolina Monteiro, head de reestruturação e insolvência do Kincaid Mendes Vianna Advogados, participa do podcast com o tema "Insolvência Transnacional". O novo episódio também conta com a participação da advogada Sabrina

Becue. Clique aqui para ouvir.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Presidente do
CNJ, Judiciário - Covid-19

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira que a pandemia de covid-19 desnudou o déficit social e o vácuo político de ações na chamada primeira infância. Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

"Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter, acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer desavença entre contemporâneos", afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições para que Estados e municípios possam executar de forma descentralizada as ações propostas com recursos

da União.

"Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais", completou o ministro.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Ministério da Economia aderiu, hoje (19), ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** que visa reduzir a vulnerabilidade social e garantir os direitos das crianças de zero a seis anos. O ato foi firmado em 25 de junho de 2019 entre o **CNJ** e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil e tem recebido mais adesões desde então.

'Uma nação é muito mais que só um compromisso entre os contemporâneos. Nós estamos sempre conversando com os governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, como a educação pode melhorar a produtividade e salários do trabalhador, mas temos que ter em mente um compromisso muito maior, que é o compromisso com as futuras gerações', disse o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A adesão da pasta aconteceu durante solenidade virtual de abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância da Região Sul. O encontro tem o objetivo de promover o diálogo entre os responsáveis pela atenção à primeira infância nos estados da região e é ação integrante de um projeto coordenado pelo **CNJ** e

financiado com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Esta edição completa o ciclo de seminários realizados nas cinco regiões do Brasil, que já alcançou a adesão ao pacto de 197 instituições do poder público, da sociedade civil organizada e do setor empresarial. No Sul, mais de 50 entidades regionais assumiram o compromisso, bem como, no âmbito nacional, o Ministério da Economia, a Procuradoria-Geral do Trabalho e a Associação Brasileira de Psiquiatria.

De acordo com Guedes, é tradição da literatura econômica mais avançada demonstrar que os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são os investimentos no desenvolvimento de infantil, 'promovendo justamente o melhor ambiente cognitivo, social, de afeto e de proteção nesses primeiros seis anos, que é de formação do indivíduo'.

Segundo o ministro, além da adesão da pasta ao pacto, também foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, nesta semana, um decreto que institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância, que prevê um conjunto de ações governamentais que devem ser implementadas por meio de políticas públicas articuladas e de forma integrada pelos órgãos federais responsáveis ou em parceria com a sociedade civil.

Dessa forma, segundo o Ministério da Economia, o decreto regulamenta artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e do Marco Legal da Primeira Infância, e viabiliza a priorização da agenda da primeira infância prevista no Plano Plurianual da União (PPA) 2020-2023. Segundo, Guedes, a agenda também será prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022.

Desde 2016, o Brasil tem em sua legislação o Marco Legal da Primeira Infância, um conjunto de princípios e diretrizes legais que garantem o atendimento às

necessidades e peculiaridades do desenvolvimento de crianças até os seis anos de idade. 'Apesar de parecer óbvio, sabemos que ainda temos muito a avançar para que a criança seja de fato reconhecida como cidadão', disse o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **CNJ**, Luiz Fux, durante abertura do seminário.

Segundo ele, a razão para o estabelecimento do pacto é a congregação de diversos atores com o objetivo de fortalecerem sua atuação por meio do acesso às estratégias do marco legal.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Investimento na primeira infância é base para sociedade próspera, diz

Fux



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Correio Braziliense

Foto: TSE/Divulgação

Durante o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância Região Sul, coordenado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** nesta quinta-feira (19/8), o ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** destacou que o investimento do país na primeira infância é a base para uma sociedade mais próspera.

"Investir na primeira infância é a melhor estratégia para edificação de uma sociedade mais forte, próspera e saudável". "Apesar de ser algo que pareça óbvio, sabemos que ainda tem muito o que avançar para que a criança seja, de fato, reconhecida como cidadão, inclusive o direito de participar de decisões que lhe dizem respeito de acordo com a sua faixa etária. A concreta implementação dessa nossa legislação requer que atuamos juntos cada um conforme sua dimensão e competência. Essa é a razão pela qual estabelecemos o

pacto nacional da primeira infância", completou.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu um compromisso com os menores e disse que essas ações terão prioridade no orçamento.

"Edmund Burke era um conservador inglês que há mais de dois séculos e meio dizia que uma nação é muito mais que um compromisso entre os contemporâneos. Nós estamos sempre conversando sobre com os governadores, sobre finanças, orçamento, produtividade, sobre como a educação pode melhorar a produtividade dos trabalhadores e os salários, mas temos que ter em mente um compromisso muito maior que é um compromisso com a as futuras gerações. E também de dar sequência às evoluções institucionais que nós conseguimos trazer de antes também. Então, na verdade, é um pacto entre gerações", defendeu, acrescentando que "os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são os investimentos de zero a seis anos".

Guedes citou quatro ações do governo em relação à área. A primeira, foi a inclusão, como prioridade no Plano Plurianual (PPA) de 2020 a 2023 da proteção à primeira infância, da orçamentação, da execução financeira e do acompanhamento da questão. A segunda, apontou, foi um decreto assinado nesta quarta-feira (18) pelo presidente Jair Bolsonaro no qual cria a agenda da primeira infância.

"E nós confiamos nos estados e nos municípios para essa agenda descentralizada de políticas públicas. No fundo, a execução é descentralizada, é mais Brasil, menos Brasília. O Brasil implementa e acompanha junto com a as organizações da sociedade civil para garantirmos um futuro melhor para as crianças brasileiras", continuou.

A terceira medida, destacou, é que a agenda será prioridade na lei de diretrizes orçamentárias de 2022. A

última, foi o anúncio à Adesão ao Pacto Nacional pela Primeira Infância.

"Confio na nossa capacidade de coordenação, no nosso senso de prioridade, na nossa capacidade de execução do Estado brasileiro nos próximos anos. Isso é um esforço de uma ou duas gerações pelo menos. Não poderá ser descuidado jamais, mas precisamos de um esforço extra para fechar esse déficit social, esse enorme déficit social que pudemos constatar inclusive durante a pandemia dessa enorme desigualdade, falta de oportunidades e que tem as suas raízes na primeira infância nesse vácuo político de ação social na primeira infância. Uma criança com boa alimentação, com bom ambiente familiar e proteção, seguramente tem mais chances de ter uma vida melhor e desenvolver o potencial humano, toda a capacidade de aperfeiçoamento que cada um de nós tem. Estamos absolutamente comprometidos com isso", assegurou.

Meta

A ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, corregedora Nacional de Justiça, destacou que a grave realidade brasileira impõe ao sistema de justiça ações eficientes e céleres. "Posso afirmar que a Corregedoria Nacional continua empreendendo esforços em prol do bom desempenho da prestação jurisdicional com atenção especial à área da infância e juventude. Em junho, estabelecemos a meta para que as Corregedorias Gerais de Justiça em articulação com as presidências de seus tribunais, os cartórios de registro civil e os estabelecimentos de saúde locais implementam no prazo de 120 dias o início das operação de ao menos uma unidade interligada dos cartório de registro civil dentro de um estabelecimento de saúde em cada um dos 700 municípios brasileiros prioritários para erradicação do subregistro civil", explicou.

Tribunais de Justiça, Tribunais de Conta, Procuradorias Gerais, Defensorias Públicas, seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, Assembleias Legislativas, governos estaduais e prefeituras das capitais, assim como universidades, associações, institutos e federações da indústria da Região Sul também

assinaram adesão ao Pacto, que reúne quase 200 instituições.

TAGS: cnj | fux | guedes | pacto | seminário |

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - Maria Thereza de Assis Moura

Pacto pela Primeira Infância ganha novas adesões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

24/08/2021 08h05 - Por Agência **CNJ** de Notícias

Mais de 50 instituições oficializaram adesão ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, incluindo o governo federal, por meio do Ministério da Economia, e os governos dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina.

A adesão dos novos signatários foi formalizada na última quinta-feira (19/8) na abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Sul.

Coordenado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, o seminário busca reforçar o diálogo entre os diferentes órgãos do sistema de justiça e do poder público para a efetiva implementação dos direitos de crianças com idades entre zero e seis anos.

A edição voltada para o sul do Brasil foi o último dos eventos programados nas cinco regiões do país.

Com as novas adesões, são cerca de 300 instituições públicas e agentes privados - entre órgãos do setor público dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo,

empresas e entidades da sociedade civil organizada - que firmaram compromisso para tornar efetivas as políticas públicas de promoção, atenção e defesa dos direitos das crianças.

A mobilização visa aumentar a articulação entre os diferentes agentes responsáveis pelas políticas públicas voltadas à infância de forma que programas, projetos e ações destinados às crianças e jovens sejam postos em prática de forma ágil e com eficiência.

Presente ao seminário, o ministro da Economia, Paulo Guedes, informou a inclusão de prioridade à proteção à primeira infância no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 de forma a garantir orçamento federal para essas ações.

Também destacou a assinatura do decreto federal que cria a agenda de proteção às crianças em âmbito federal com execução descentralizada (Agenda Transversal e Multisetorial de Primeira Infância) e prioridade orçamentária para a agenda de proteção às crianças no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022.

"Confio em nossa capacidade de coordenação, em nosso senso de prioridade e em nossa capacidade de execução, do governo federal, de estados e municípios, no esforço que os nossos poderes políticos e a sociedade efetuarão nos próximos anos", disse Guedes.

Seminários regionais

Alguns resultados práticos dos cinco seminários regionais do pacto pela Primeira Infância foram apresentados pela juíza auxiliar da Presidência do **CNJ** Trícia Navarro Cabral.

Ela citou o treinamento de mais de 10 mil profissionais da área; a seleção e difusão de boas práticas em programas direcionadas a crianças de zero a seis anos; a divulgação dos vencedores da primeira edição do Prêmio Prioridade Absoluta; o curso Marco Legal da

Primeira Infância; e a preparação para o fim do ano do Diagnóstico Nacional de Atenção à Primeira Infância.

"Podemos perceber o quanto o Pacto tem sido importante para as políticas públicas em prol da primeira infância no Brasil.

A partir dele, intensificou-se a rede de proteção responsável por efetivar o desenvolvimento humano integral da primeira infância."

Entre as instituições que manifestaram adesão ao Pacto Nacional pela Primeira Infância constam também os Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), Santa Catarina (TJSC) e Paraná (TJPR); deputados federais, deputados estaduais e vereadores dos três estados da região Sul; procuradores de justiça do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, membros do Ministério Público, defensores públicos e integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) das seções desses estados; as universidades federais, universidades estaduais e particulares locais; além de presidentes de entidades empresariais, de conselhos de direitos de crianças e adolescentes e representantes de conselheiros tutelares dos estados do Sul, entre outras entidades.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira que a pandemia de **covid-19** desnudou o déficit social e o vácuo político de ações na chamada primeira infância. Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

"Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter, acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer desavença entre contemporâneos", afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições para que Estados e municípios possam executar de forma descentralizada as ações propostas com recursos

da União.

"Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais", completou o ministro.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Covid-19

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Estadão Conteúdo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira que a pandemia de **COVID-19** desnudou o déficit social e o vácuo político de ações na chamada primeira infância. Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

"Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter, acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer desavença entre contemporâneos", afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições

para que Estados e municípios possam executar de forma descentralizada as ações propostas com recursos da União.

"Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais", completou o ministro.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira (19) que a pandemia de Covid-19 desnudou o déficit social e o vácuo político de ações na chamada primeira infância. Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

"Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter, acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer desavença entre contemporâneos", afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições para que Estados e municípios possam executar de forma descentralizada as ações propostas com recursos

da União.

"Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais", completou o ministro.

Agência Estado

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, Judiciário - Covid-19

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira que a pandemia de **COVID-19** desnudou o déficit social e o vácuo político de ações na chamada primeira infância. Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

"Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter, acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer desavença entre contemporâneos", afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições para que Estados e municípios possam executar de forma descentralizada as ações propostas com recursos

da União.

"Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais", completou o ministro.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, CNJ - CNJ, Judiciário - Covid-19

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

BRASÍLIA, Brasil, 19 August 2021 /PRNewswire Policy/ -- O Ministério da Economia aderiu, hoje (19), ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** que visa reduzir a vulnerabilidade social e garantir os direitos das crianças de zero a seis anos. O ato foi firmado em 25 de junho de 2019 entre o **CNJ** e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil e tem recebido mais adesões desde então. 'Uma nação é muito mais que só um compromisso entre os contemporâneos. Nós estamos sempre conversando com os governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, como a educação pode melhorar a produtividade e salários do trabalhador, mas temos que ter em mente um compromisso muito maior, que é o compromisso com as futuras gerações', disse o ministro da Economia, Paulo Guedes. A adesão da pasta aconteceu durante solenidade virtual de abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância da Região Sul. O encontro tem o objetivo de promover o diálogo entre os responsáveis pela atenção à primeira infância nos estados da região e é ação integrante de um projeto coordenado pelo **CNJ** e financiado com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

(FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Esta edição completa o ciclo de seminários realizados nas cinco regiões do Brasil, que já alcançou a adesão ao pacto de 197 instituições do poder público, da sociedade civil organizada e do setor empresarial. No Sul, mais de 50 entidades regionais assumiram o compromisso, bem como, no âmbito nacional, o Ministério da Economia, a Procuradoria-Geral do Trabalho e a Associação Brasileira de Psiquiatria. De acordo com Guedes, é tradição da literatura econômica mais avançada demonstrar que os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são os investimentos no desenvolvimento de infantil, 'promovendo justamente o melhor ambiente cognitivo, social, de afeto e de proteção nesses primeiros seis anos, que é de formação do indivíduo'. Segundo o ministro, além da adesão da pasta ao pacto, também foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, nesta semana, um decreto que institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância, que prevê um conjunto de ações governamentais que devem ser implementadas por meio de políticas públicas articuladas e de forma integrada pelos órgãos federais responsáveis ou em parceria com a sociedade civil. Dessa forma, segundo o Ministério da Economia, o decreto regulamenta artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e do Marco Legal da Primeira Infância, e viabiliza a priorização da agenda da primeira infância prevista no Plano Plurianual da União (PPA) 2020-2023. Segundo, Guedes, a agenda também será prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022. Desde 2016, o Brasil tem em sua legislação o Marco Legal da Primeira Infância, um conjunto de princípios e diretrizes legais que garantem o atendimento às necessidades e peculiaridades do desenvolvimento de crianças até os seis anos de idade. 'Apesar de parecer óbvio, sabemos que ainda temos muito a avançar para que a criança seja de fato reconhecida como cidadão', disse o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **CNJ**, Luiz Fux, durante abertura do seminário. Segundo ele, a razão para o estabelecimento do pacto é a congregação de diversos atores com o objetivo de fortalecerem sua

atuação por meio do acesso às estratégias do marco legal. SOURCE Agência Brasil - Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Presidente do STJ participa da abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Sul



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministro Humberto Martins, vai participar na próxima quinta-feira (19) da abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Sul. Com dois dias de atividades, o evento tem o objetivo de promover o diálogo entre os responsáveis pela atenção à primeira infância nos estados da Região Sul.

O seminário é uma ação integrante do projeto Justiça Começa na Infância: Fortalecendo a atuação do sistema de Justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral, coordenado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e financiado com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Os organizadores pretendem sensibilizar os profissionais dos órgãos de Justiça e do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de todo o país sobre a importância da atuação integrada em prol da implementação do Marco Legal da Primeira Infância.

Sem taxa de inscrição, o seminário se destina a magistrados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, advogados, equipes psicossociais e jurídicas, parlamentares, pesquisadores, empresários, servidores públicos, membros das instituições do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e outros profissionais interessados no tema.

Realizado de forma on-line, o evento terá transmissão em tempo real pelo canal do **CNJ** no YouTube. As inscrições ficam abertas até quarta-feira (18) e podem ser feitas por meio deste link.

Programação

Durante a abertura do encontro, será realizada a solenidade de adesão ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, para a qual serão convidadas as instituições que desenvolvem ações relacionadas aos direitos das crianças.

Também haverá, nesse primeiro dia, cinco workshops temáticos, nos quais os participantes poderão encaminhar sugestões de ações com o objetivo de solucionar ou mitigar os problemas identificados nos debates.

Na sexta-feira (20), o seminário contará com dois painéis e outros cinco workshops temáticos. Os workshops terão uma equipe de moderação e relatoria para coordenar os trabalhos e registrar as deliberações que serão encaminhadas ao **CNJ** e às demais entidades signatárias do Pacto Nacional pela Primeira Infância. O seminário contará ainda com apresentação cultural, divulgação de boas práticas e debate entre conferencistas e participantes.

A emissão do certificado ocorrerá por meio do sistema de inscrições eventos.cnj.jus.br e exigirá registro de frequência no dia do evento, em link disponibilizado no

campo de descrição da transmissão.

Confira a programação completa do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Sul. ?

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Presidente do STJ: infância precisa de toda a sociedade



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

"Todos nós precisamos estar conscientes de nosso papel individual e coletivo para resguardar e proteger nossos meninos e meninas, que são o futuro da nação", declarou nesta quinta-feira (19) o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministro Humberto Martins, durante a abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Sul.

O evento virtual é uma ação integrante do projeto Justiça Começa na Infância: Fortalecendo a atuação do sistema de Justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral, coordenado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e financiado com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O objetivo é mobilizar profissionais das instituições judiciais e do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, em todo o país, para a atuação integrada com vistas à implementação do Marco Legal da Primeira Infância.

Ministro Humberto Martins, presidente do STJ e do CJF,

na abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Sul. | Foto: Gustavo Lima / STJ? ? De acordo com o presidente do STJ, estudos científicos apontam cada vez mais a necessidade de um cuidado maior com as condições de desenvolvimento das crianças durante os primeiros seis anos de vida.

"É nesse período da primeira infância - marcado por características e necessidades próprias do ser humano - que se formam as raízes da identidade, da personalidade e da estrutura psíquica daqueles que são as crianças de hoje e serão os adultos de amanhã", afirmou Humberto Martins.

Absoluta prioridade à infância e à juventude??de

Em seu pronunciamento, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do **CNJ**, ministro Luiz Fux, ressaltou que a Constituição Federal estabelece que os direitos de crianças e adolescentes devem ser assegurados com absoluta prioridade.

Ele alertou que a pandemia da Covid-19 desafia a garantia dos direitos fundamentais da infância e da juventude.

"Milhares de crianças perderam o pai, a mãe, ou ambos, e ficaram afastadas da escola e da convivência comunitária, sendo expostas a situações de violência física e privação de direitos", disse Luiz Fux.

Por sua vez, a corregedora nacional de Justiça do **CNJ**, ministra Maria Thereza de Assis Moura, destacou as ações da Corregedoria Nacional de Justiça em prol de crianças e adolescentes, como as iniciativas de erradicação do sub-registro, o aprimoramento das audiências concentradas no sistema socioeducativo e a regulamentação da autorização eletrônica de viagens de menores de 18 anos.

"Não há como pensar no aperfeiçoamento da atividade jurisdicional e na criação de políticas judiciárias sem manter os olhos atentos na primeira infância", observou

Maria Thereza de Assis Moura.

Também presente à abertura, o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância. "Temos que colocar acima das disputas políticas o nosso compromisso com as crianças brasileiras", enfatizou.

Programação do evento

O seminário se estende até esta sexta-feira (20), com uma programação formada por painéis e workshops temáticos, e, ainda, a formalização do ingresso de mais de 50 novas instituições no Pacto Nacional pela Primeira Infância.

O evento encerra o ciclo de debates regionais sobre a primeira infância. Nas edições anteriores do seminário, o Pacto Nacional teve a adesão de 197 entidades que desenvolvem ações relacionadas aos direitos das crianças.??

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Ministério da Economia adere ao Pacto Nacional pela Primeira Infância

Olá boa noite o ministério da economia aderiu ao pacto nacional pela primeira infância uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça** nesta quinta feira confira na reportagem quais são as ações do programa.

O pacto nacional pela primeira infância foi firmado em vinte cinco de junho de dois mil e dezenove entre o **Conselho Nacional de Justiça** e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil.

Mas outras entidades têm aderido ao programa agora o ministério da economia também faz parte desta rede.

Uma nação.

É muito mais que só.

Um compromisso entre os contemporâneos.

Nós estamos sempre conversando com os governadores sobre finanças sobre o orçamento.

É sobre produtividade sobre como a educação pode melhorar a produtividade do trabalhador e de salários.

Mas nós temos que ter em mente um compromisso muito maior que um compromisso com as futuras gerações.

E também.

De dar sequência às evoluções institucionais nossos que conseguimos trazer de antes também a adesão da pasta aconteceu durante uma solenidade virtual de abertura do seminário do pacto nacional pela primeira infância da região sul.

Além disso também foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro nesta semana um decreto que institui a agenda transversal e multissetorial da primeira infância que prevê um conjunto de ações governamentais.

Que devem ser implementadas por meio de políticas

públicas desde dois mil e dezesseis o Brasil tem na sua legislação o marco legal da primeira infância que é um conjunto de princípios e diretrizes legais.

Que garantem o atendimento às necessidades e peculiaridades do desenvolvimento de crianças até seis anos de idade o presidente do senado federal e do conselho nacional de justiça o ministro Luiz Fux.

Explicou quais são as ações que permeiam a esse pacto.

Para crescer se desenvolver e a presidente para uma saudável e Leni.

Toda criança tem o direito ao cuidado de.

Ministro Luiz Fux explicou quais são as ações que permeiam a esse pacto.

Para crescer se desenvolver e a presidente para uma saudável e Leni.

Toda criança tem o direito ao cuidado desde o planejamento familiar ao pré Natal ao parque humanizado roxo idade após.

Nas minha do que a amamentação alimentação à moradia ao brincar.

Ao meio ambiente protegido educação infantil e até mesmo o acesso à justiça na medida em nossa lei prevê a por a gala do nascituro.

O escopo é a tornar melhoramentos eu perdi um dos direitos previstos na constituição federal o estado do recente agora mais recentemente no marco legal da primeira infância.

Para este especialista em primeira infância necessário olhar para as crianças mas também pra toda a rede de apoio que ela necessita pra ter um início de vida saudável importante.

Que uma criança não é responsabilidade de uma mãe de um pai de uma família uma criança uma responsabilidade de uma comunidade.

Eu preciso que a gente olha para eles principalmente na primeira infância.

Porque na primeira infância que essa criança precisa ter acesso ao Marine educação de qualidade ao estímulo de qualidade ela precisa ter contato com seus pares efetivos pra que ela possa se desenvolver plenamente.

É de zero a três anos a criança está construindo toda semana dissesse que tudo que ela vai ser encontrado então preciso que a comunidade olho e abrace as necessidades dessa criança as necessidades dessa família as necessidades dessa rede social.

Assuntos e Palavras-Chave: CNJ - Conselho Nacional de Justiça